

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**UNIDADE DE INTERNAÇÃO E REINTEGRAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES E CENTRO
PROFISSIONALIZANTE EM VÁRZEA GRANDE - MT**

JULIA MENDES

FREDERICO CEZAR GIUBERTI SUCENA RASGA

Várzea Grande (MT), dezembro de 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**UNIDADE DE INTERNAÇÃO E REINTEGRAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES E CENTRO
PROFISSIONALIZANTE EM VÁRZEA GRANDE-MT**

JULIA MENDES

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande (MT), como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Esp. Frederico Cezar Giuberti Sucena Rasga

Várzea Grande (MT), dezembro de 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: UNIDADE DE INTERNAÇÃO E REINTEGRAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES EM CONJUNTO COM UM CENTRO PROFISSIONALIZANTE EM VÁRZEA GRANDE - MT

Aluno: Julia Mendes

Orientador: Prof. Esp. Frederico Cezar Giuberti Sucena Rasga

Aprovado em ____ de julho de 2021.

Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Banca Examinadora:

Prof. Esp. Frederico Cezar Giuberti Sucena Rasga
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Orientador

Prof. Esp. Daniel Silva Campos
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno

Prof. Esp. Márcia Baziqueto Peres
Examinadora Externa

Dedico esta monografia, especialmente para minha mãe, pelo incentivo, compreensão, cuidado e por acreditar em mim. Sem ela, nada disso seria possível. E para minha tia Dacilda, que é meu maior exemplo de amor e fé, e que esteve comigo sempre, mesmo que de longe. Se esta jornada está se encerrando, é graças a elas, que estiveram comigo até aqui e que nunca duvidaram de mim.

RESUMO

MENDES, Julia. Unidade de Internação e Reintegração para Jovens Infratores em Conjunto com um Centro Profissionalizante em Várzea Grande - MT. 2021. 65 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande, 2021.

Um dos principais pontos que vêm sendo debatidos nos últimos anos é a influência dos espaços da instituição, sua arquitetura e suas características físicas, no processo de desenvolvimento, socialização e reeducação dos jovens internos. Entende-se que modelos arquitetônicos baseados em modelos prisionais anteriores não se adequam à proposta desses Centros Socioeducativos, acabando por prejudicar o desenvolvimento desses jovens e a proposta pedagógica em questão. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi elaborar uma proposta de projeto arquitetônico de uma unidade de internação para jovens infratores em conjunto com um centro profissionalizante na cidade de Várzea Grande–MT. Para tanto, buscou-se fundamentação em Alves, Julião e Souza (2014), Miranda (2010), Pereira (2018), Souza (2015), entre outros. A metodologia empregada é a qualitativa, segundo orientações de Minayo (2001; 2004). Em primeiro momento, foram analisadas a legislação incidente no plano internacional, a legislação incidente no plano nacional e a legislação incidente no plano estadual/municipal. Em segundo momento, foram analisados seis (06) referências projetuais, a saber: Prisão de Halden – Noruega; Prisão Storstrom – Dinamarca; Instituição de Educação Superior Aimerigues – Barcelona; Centro de Formação dos Profissionais da Educação – Brasil; Centro Socioeducativo de Ji- Paraná; Escola The Proudhon – França. Após as análises optou-se por implementar, no partido arquitetônico da unidade de internação e do centro profissionalizante, as qualidades que mais se enquadram na proposta, afim de promover a melhora na qualidade dos centros socioeducativos, além da qualidade de vida e da convivência entre os jovens infratores, gerando bem-estar aos seus usuários a partir de meios construtivos.

Palavras Chave: Unidade de Internação e Reintegração. Centro Profissionalizante. Jovens Infratores.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Justificativa.....	17
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 Problema.....	19
1.4 Metodologia.....	21
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Processo Histórico da Delinquência Juvenil no Brasil.....	22
2.2 Fatores Sociais.....	25
2.3 Medidas Socioeducativas.....	26
2.4 Os Primeiros Espaços Destinados a Jovens em Conflito com a Lei no Brasil e no Mundo.....	28
2.5 Espaços de Internação no Brasil.....	29
2.6 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.....	32
2.6.1 Diretrizes Pedagógicas do Atendimento Socioeducativo.....	32
2.7 Centro Educacional Complementar e Profissionalizante.....	33
2.8 Benefícios Sociais.....	34
2.9 Benefícios Ambientais.....	35
3.0 CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS.....	36
3.1 Legislação Incidente no Plano Internacional.....	36

3.2 Legislação Incidente no Plano Nacional.....	37
3.3 Legislação Incidente no Plano Estadual/ Municipal.....	38
4.0 REFERÊNCIAS PROJETAIS.....	40
4.1 Projeto 01 – Prisão de Halden - Noruega.....	40
4.2 Projeto 02 – Prisão Storstrom - Dinamarca.....	46
4.3 Projeto 03 – Instituição de Educação Superior Aimerigues – Barcelona.....	49
4.4 Projeto 04 – Centro de Formação dos Profissionais da Educação - Brasil.....	54
4.5 Projeto 05 – Centro Socioeducativo de Ji- Paraná - Brasil.....	57
4.6 Projeto 06 – Escola The Proudhon – França.....	60
5.0 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS.....	64
6.0 CONDICIONANTES DE PROJETO.....	67
6.1 Localização e Aspecto Geográficos.....	67
6.2 Uso do Solo e Atividades Existentes.....	68
6.3 Infraestrutura Urbana.....	69
6.3.1 Abastecimento de água, esgoto e energia.....	69
6.4 Levantamento Fotográfico.....	70
6.5 Levantamento Planialtimétrico.....	72
6.6 Microclima.....	73
6.6.1 Umidade, Insolação, Ventos, Acústica e Fontes de Poluição.....	73
6.7 Aspectos Funcionais.....	77
6.7.1 Relações Funcionais e morfológicas entre os edifícios e o tecido urbano de suporte.....	77
6.7.2 Hierarquização e diferentes fluxos de pessoas, veículos e Materiais, internos e externos.....	77
7.0 PROPOSTA PROJETUAL.....	79

7.1 Público Alvo.....	79
7.2 Análise da Legislação Incidente.....	79
7.2.1 Classificação de Uso.....	80
7.2.2 Reservatório de Água.....	81
7.2.3 Vagas de Estacionamento.....	81
7.3 Programa de Necessidades.....	82
7.4 Organograma/ Fluxograma.....	89
7.5 Processo de Projeto.....	91
7.5.1 Sistema Construtivo Estrutural.....	91
7.5.2 Forro.....	92
7.5.3 Piso Vinílico.....	93
7.5.4 Telha Metálica Trapezoidal.....	94
7.6 Diretrizes de Projeto/ Eixos Estratégicos.....	95
7.6.1 Partido Arquitetônico.....	95
7.6.2 Proposta Conceitual Preliminar.....	96
8.0 ENSAIOS GRÁFICOS.....	98
8.1 Implantação.....	98
8.2 Edifício Administrativo, Saúde, Visita e Guarda Interna.....	99
8.3 Edifício Pedagógico.....	100
8.4 Edifício de Moradia e Serviço.....	102
8.5 Capela.....	104
9.0 PERSPECTIVAS/ MAQUETE ELETRÔNICA.....	105
10.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121

11.0 REFERÊNCIAS.....	122
-----------------------	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Mapa de Localização da Prisão de Halden.....	40
FIGURA 02: Implantação da Prisão de Halden.....	41
FIGURA 03: Perspectiva da Implantação.....	41
FIGURA 04: Quartos Individuais Prisão de Halden.....	42
FIGURA 05: Biblioteca da Prisão de Halden.....	42
FIGURA 06: Áreas Restritas da Prisão.....	43
FIGURA 07: Áreas Compartilhadas da Prisão.....	43
FIGURA 08: Vista Externa da Prisão de Halden.....	44
FIGURA 09: Volumetria da Prisão de Halden.....	44
FIGURA 10: Disposição da Volumetria no Terreno da Prisão de Halden.....	45
FIGURA 11: Pintura Cômica no Muro da Prisão Halden.....	45
FIGURA 12: Mapa de Localização da Prisão Storstrom.....	46
FIGURA 13: Foto Panorâmica Prisão Storstrom.....	47
FIGURA 14: Planta Baixa do Térreo da Prisão Storstrom.....	48
FIGURA 15: Planta Baixa Pavimento Superior da Prisão Storstrom.....	48
FIGURA 16: Vista Externa 01 da Prisão.....	49
FIGURA 17: Vista Externa 02 da Prisão.....	49
FIGURA 18: Mapa de Localização da Instituição.....	50
FIGURA 19: Volumetria da Instituição.....	50
FIGURA 20: Foto Panorâmica da Instituição.....	50
FIGURA 21: Revestimento Externo da Instituição.....	51

FIGURA 22: Revestimento Interno da Instituição.....	51
FIGURA 23: Vista Externa da Instituição.....	52
FIGURA 24: Lâminas de cerâmica ajustáveis na fachada.....	52
FIGURA 25: Implantação da Instituição.....	53
FIGURA 26: Mapa de Localização do Centro.....	54
FIGURA 27: Implantação do Centro de Formação de Profissionais da Educação.....	55
FIGURA 28: Espaço de Uso Coletivo.....	56
FIGURA 29: Vista das Salas de Aula do Centro.....	56
FIGURA 30: Espaços de Convivência comtemplam jardim.....	57
FIGURA 31: Cortina de Vidro voltada para o Jardim.....	57
FIGURA 32: Mapa de Localização do Case.....	58
FIGURA 33: Piscina.....	59
FIGURA 34: Academia Rustica.....	59
FIGURA 35: Vista Panorâmica do Case.....	60
FIGURA 36: Fachada Principal do Case.....	60
FIGURA 37: Escola The Proudhon.....	61
FIGURA 38: Fachada da Escola The Proudhon.....	61
FIGURA 39: Setorização da planta baixa de todos os pavimentos.....	62
FIGURA 40: Estrutura e Acabamento em Madeira.....	63
FIGURA 41: Estrutura e Acabamento em Madeira.....	63
FIGURA 42: Mapa de Várzea Grande.....	67
FIGURA 43: Mapa do bairro escolhido.....	67
FIGURA 44: Mapa do Entorno.....	68

FIGURA 45: Rede de Distribuição de Água.....	69
FIGURA 46: Vista do Terreno.....	70
FIGURA 47: Área do Terreno.....	70
FIGURA 48: Vegetação do Terreno.....	71
FIGURA 49: Vista para Cuiabá.....	71
FIGURA 50: Mapa Planialtimétrico do Terreno.....	72
FIGURA 51: Nível de umidade em Várzea Grande.....	73
FIGURA 52: Nível de Chuva em Várzea Grande.....	74
FIGURA 53: Estudo da Orientação Solar.....	75
FIGURA 54: Velocidade do Vento em Várzea Grande.....	76
FIGURA 55: Mapa de Hierarquização Viária.....	78
FIGURA 56: Fluxograma.....	89
FIGURA 57: Estrutura Modular.....	91
FIGURA 58: Esquematização Estrutura Modular.....	91
FIGURA 59: Instalação de Gesso Acartonado.....	92
FIGURA 60: Aplicação do Forro.....	92
FIGURA 61: Aplicação do Piso Vinílico.....	93
FIGURA 62: Piso Vinílico em ambientes escolares.....	93
FIGURA 63: Telha Metálica Trapezoidal.....	94
FIGURA 64: Implantação.....	98
FIGURA 65: Planta Baixa Setorizada – Térreo – Bloco Principal	99
FIGURA 65: Planta Baixa Setorizada – 1º Pavimento – Bloco Principal.....	100
FIGURA 66: Planta Baixa Setorizada – Térreo – Bloco Pedagógico.....	101

FIGURA 67: Planta Baixa Setorizada – 1° Pavimento – Bloco Pedagógico.....	101
FIGURA 68: Planta Baixa Setorizada – Térreo – Bloco Moradia e Serviço.....	102
FIGURA 69: Planta Baixa Setorizada – 1° Pavimento – Bloco Moradia e Serviço	103
FIGURA 70: Planta Baixa Setorizada – 2° Pavimento – Bloco Moradia e Serviço.....	103
FIGURA 71: Planta Baixa – Capela.....	104
FIGURA 72: Perspectiva 01 – Fachada Edifício Principal.....	105
FIGURA 73: Perspectiva 02 – Fachada Edifício Principal.....	106
FIGURA 74: Perspectiva 03 – Fachada Edifício Principal.....	107
FIGURA 75: Perspectiva 04 – Fachada Edifício Principal.....	108
FIGURA 76: Perspectiva 01 – Fachada Edifício Pedagógico.....	109
FIGURA 77: Perspectiva 02 – Fachada Edifício Pedagógico.....	110
FIGURA 78: Perspectiva 03 – Fachada Edifício Pedagógico.....	111
FIGURA 79: Perspectiva 04 – Fachada Edifício Pedagógico.....	112
FIGURA 80: Perspectiva 01 – Fachada Edifício Moradia e Serviço.....	113
FIGURA 81: Perspectiva 02 – Fachada Edifício Moradia e Serviço.....	114
FIGURA 82: Perspectiva 03 – Fachada Edifício Moradia e Serviço.....	115
FIGURA 83: Perspectiva 04 – Fachada Edifício Moradia e Serviço.....	116
FIGURA 84: Perspectiva 01 – Capela.....	117
FIGURA 85: Perspectiva 02 – Capela.....	118
FIGURA 86: Perspectiva 03 – Capela.....	119
FIGURA 87: Perspectiva 04 – Capela.....	120

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Medidas Socioeducativas.....	27
TABELA 02: Situação das vagas específicas para internação por tempo indeterminado por UF.....	30
TABELA 03: Pedidos de vagas de internação por prazo indeterminado atendidos e pendentes de cumprimento.....	31
TABELA 04: Índices Urbanísticos.....	80
TABELA 05: Programa de Necessidade – Setor Administrativo	82
TABELA 06: Programa de Necessidade – Setor de Cadastramento e Visita.....	83
TABELA 07: Programa de Necessidade – Setor Guarda interna.....	83
TABELA 08: Programa de Necessidade – Setor Saúde.....	84
TABELA 09: Programa de Necessidade – Setor Serviço.....	85
TABELA 10: Programa de Necessidade – Setor Moradia.....	86
TABELA 11: Programa de Necessidade – Setor Pedagógico.....	86
TABELA 12: Programa de Necessidade – Capela.....	87
TABELA 13: Programa de Necessidade – Convívio, Lazer e Esporte.....	88
TABELA14: Programa de Necessidade – Estacionamento.....	88

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 01: Ocupação das unidades de internação por prazo indeterminado por UF.....	31
---	----

LISTA DE QUADRO

QUADRO 01: Síntese Análise Comparativa dos Projetos Referenciais.....	64
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
SINASE	– Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
DMF	– Departamento de Monitoramento e Fiscalização
FUNABEM	– Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
FEBEM	– Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
SAM	– Serviço de Assistência ao Menor
CNMP	– Conselho Nacional do Ministério Público
LDBEN	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
TDAUP	– Trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
ONU	– Organização das Nações Unidas
SNPDCA	– Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	– Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
UFMT	– Universidade Federal do Mato Grosso
IFMT	– Instituto Federal do Mato Grosso
DAE	– Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande
ZUM	– Zona de Uso Múltiplo

1.0 INTRODUÇÃO

Em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garantiu seus direitos básicos como acesso à educação, saúde e segurança a esse público. O documento também trata dos direitos dos jovens detidos por crimes. No entanto, o estabelecimento de um ECA não foi suficiente para suprir a falta de planejamento e investimento direcionado aos jovens em violação à lei (BOLETTI, 2017).

A implantação do Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2006, foi considerada um passo importante na história do sistema de reinserção social dos adolescentes infratores, uma vez que estabelece parâmetros arquitetônicos em conjunto com propostas pedagógicas, que ressaltam a importância dos espaços físicos na eficácia da execução de medidas socioeducativas destinadas a esses adolescentes (GOMES, 2011).

Um dos principais pontos de debate nos últimos anos tem sido a influência do espaço do estabelecimento, da sua arquitetura e das suas características físicas, no desenvolvimento, socialização e reabilitação de jovens reclusos. Entende-se que os modelos arquitetônicos baseados em modelos prisionais anteriores não se fazem jus à proposta desses Centros Socioeducativos, findando por prejudicar o desenvolvimento desses jovens e a proposta educacional em questão (CARVALHO, 2017).

As relações que se estabelecem entre as pessoas e o meio em que interagem são de grande importância na estruturação da sua relação com o mundo e consigo mesmas. Essa relação Humano-Ambiente é recíproca, o que evidencia a influência que os lugares vividos durante a existência do indivíduo exercem sobre essa sua estruturação (OLIVEIRA, 2008).

Ambientes desenvolvidos para abrigar processos socioeducativos de longa permanência, como instituições de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, merecem uma atenção especial uma vez que se tratam de locais que deixarão marcas profundas nos seus usuários, sejam eles os adolescentes internados ou o corpo de funcionários (OLIVEIRA, 2008).

Este trabalho visa ao embasamento teórico para a elaboração de uma unidade de internação e reintegração para jovens infratores em conjunto com um centro profissionalizante em Várzea Grande - MT, levando em consideração as relações de causa e efeito entre a condição social em que este grupo se encontra e as infrações cometidas por ele, a fim de suprir a ausência de oportunidades. Reconhece-se aqui, também, a importância do ambiente no processo socioeducativo, uma vez que este tem gerado diversas discussões referentes à

qualidade e à eficiência do tratamento oferecido aos adolescentes em instituições de ressocialização. Estão em jogo não apenas os procedimentos de atendimento, mas, principalmente, os espaços físicos destinados à internação.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se justifica pela ausência de um Centro de Internação para Jovens Infratores na cidade de Várzea Grande (MT). Essa inexistência demanda que os jovens infratores da cidade sejam transferidos para o complexo Pomeri, em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. Além disso, a proposta deste trabalho é criar um espaço no qual a educação seja determinada e usada como forma de ressocialização e reintegração. Infelizmente, não é isso que ocorre no sistema socioeducativo brasileiro, onde se observam problemas de superpopulação e falta de estrutura adequada.

A maioria dos edifícios não foram originalmente projetados para suprir as necessidades deste uso, foram apenas adaptados para esta função institucional, o que costuma gerar um ambiente inadequado para uma prestação de serviço educativa de qualidade, dificultando o processo de recuperação de seu usuário (ALVES; JULIÃO; SOUZA, 2014).

Nessa perspectiva, empregando os ideais da arquitetura em um âmbito educacional, este trabalho pretende propor uma nova forma de configurar estes centros, de uma forma mais social, para que possam ajudar a reabilitar os seus reclusos, criando assim mais alternativas de atividades de educação social e profissional que sejam úteis e presentes no crescimento e no desenvolvimento pessoal de jovens que infringem a lei.

Há atualmente, uma preocupação mais aparente quanto aos crescentes índices de criminalidade e violência envolvendo crianças e adolescentes. Tendo entrado neste mundo do crime após a prática de uma determinada infração. Conseqüentemente, são caracterizados legalmente como atos ilícitos, mesmo que apresentem algumas particularidades asseguradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (PEREIRA, 2018).

Nesse contexto preocupante, devido ao alto índice de violência e criminalidade, as pessoas clamam por segurança. O Estado, afim de conter e combater essa situação, finda por utilizar práticas punitivas e desumanas como alternativa de correção. Em vez de

compreender o problema, criam uma fachada afim de escondê-lo, ignorando suas origens à medida que esses males sociais continuam a crescer.

Muitos desses jovens presos são vítimas de uma sociedade injusta e de negação. Em primeiro lugar, tendo sido sacrificados pela desigualdade social, eles continuam a sofrer desaprovação após a internação. Julgamento, falta de oportunidades e de empregos, e, principalmente, falta de uma educação pública qualificada, para atender às necessidades desses jovens de baixa renda, são problemas que podem levar à criminalidade ou reinserção. Portanto, novos caminhos devem ser abertos para esses jovens que enfrentam a injustiça de frequentar um sistema no qual a violência física e psicológica é a norma. A internação é um processo de responsabilização, e a melhoria de seus ambientes, diferente de muitos pensamentos, não é uma medida que tende a punir menos, mas, sim, punir melhor (PEREIRA, 2018).

Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), devem ser adotados projetos com esse ideal, além de atividades educacionais, recreativas, alimentares, esportivas e religiosas coordenadas pela direção e supervisão de profissionais capacitados, a cargo da colaboração direta com a ressocialização.

O propósito do processo de reabilitação de jovens infratores é possibilitar uma mudança comportamental e um resgate de valores sociais, o que evidencia a necessidade de um ambiente adequado, preparado para acolher e trabalhar jovens infratores a partir de uma perspectiva pedagógica básica (OLIVEIRA, 2008, p.14).

O levantamento anual do SINASE de 2017 relata que:

O Centro-Oeste é a segunda região político-administrativa mais extensa do país. Com poucos municípios providos de estrutura socioeducativa, o ordenamento atual transparece os principais problemas encontrados, que são os vários vazios institucionais e a centralização do sistema, em especial no Estado de Mato Grosso. Além de ser o Estado mais extenso, dispõe de menos estrutura socioeducativa. Destaca-se que para atender à demanda populacional a construção ou adequação de unidades socioeducativas favorece pontos importantes do processo socioeducativo, principalmente para manter os necessários vínculos familiares (LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017, 2019).

Dessa maneira, entende-se que deveria haver mais unidades socioeducativas e também responsabilidade da arquitetura na melhoria da qualidade da internação, humanizando-a e com uma maior chance de recuperação, atendendo os requisitos prescritos no SINASE, favorecendo o desenvolvimento e gerando um maior bem-estar pessoal.

O acesso às atividades prescritas é de extrema importância para que haja uma real oportunidade de reabilitação, pois, em caso de negação desses aspectos, os anos de pena passam a não agregar valores aos detidos, podendo até tirar deles o pouco que lhes resta, dificultando sua recuperação pessoal e social.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar uma proposta de projeto arquitetônico de uma unidade de internação para jovens infratores em conjunto com um centro profissionalizante na cidade de Várzea Grande - MT.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o processo histórico da delinquência juvenil, fatores sociais e o que levam esses jovens a praticarem tais atos;
- Analisar as medidas socioeducativas e as diretrizes pedagógicas impostas pelo ECA e o SINASE;
- Explicar os aspectos normativos e as legislações aplicadas ao espaço de internação;
- Pesquisar e analisar projetos de referência sobre o tema;
- Propor projeto arquitetônico de uma unidade de internação para jovens em conflito com a lei.

1.3 PROBLEMA

Os problemas estruturais do núcleo familiar, o fracasso do sistema educacional, a falta de oportunidades e a falta de visão e projeto de vida são algumas das causas associadas à infração juvenil. Após serem pegos pelo ato infracional cometido, esses jovens são

direcionados a instituições de medidas socioeducativas que têm como principal objetivo ressocializar e punir de uma forma educativa, afim de devolver futuramente esses jovens à sociedade.

A partir disso, levantamentos elaborados pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), concluem que a estrutura dessas unidades se encontra em situações precárias e com pouco zelo pela integridade física e mental dos detentos, além da ausência de projetos pedagógicos, ou seja, faltam investimentos que seriam primordiais para a ressocialização e profissionalização (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013).

A esse respeito, Carvalho (2017) afirma que os espaços de reeducação social estão impregnados de uma identidade já arraigada, negativa e pejorativa por parte da maioria dos jovens que usufruem de seus serviços. A pesquisadora afirma, ainda, que parte dessa identidade é impossível de ser dissociada desse espaço devido a fatores como a permanência obrigatória por definição legal, a situação que conduziu o jovem a essa estadia e a obrigação de respeitar diversas regras que não necessariamente serão do agrado dos jovens ali presentes.

De acordo com o Levantamento Anual do SINASE 2020, o total de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil é de 46.193. Desses, o total de adolescentes internos matriculados e frequentes no Sistema de Ensino é de 9.885. Neste trabalho, acredita-se que esse cenário se deve ao preconceito que há na sociedade e entre os próprios jovens infratores.

Segundo Silva Júnior e Cardoso (2020), há ainda um número de matrículas negadas, mesmo que ilegalmente, ressaltando o preconceito e o estigma com adolescentes que cumprem medida socioeducativa. O estigma de quem infringe a lei gera uma expectativa de reincidência, a crença de que, a qualquer momento, jovens infratores voltarão a criar alguma desordem, sendo um problema social e escolar.

Oliveira (2008) mostra que os jovens participantes dos centros socioeducativos, muitas vezes, possuem um preconceito sobre esses lugares proeminente da representação social. Esse preconceito está relacionado à noção de exclusão, de marginalização, de perigo e de violência, quando, na realidade, os centros socioeducativos deveriam estar mais relacionados a expressões de aprendizado, reintegração e segunda chance.

1.4 METODOLOGIA

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, a proposta será desenvolvida por meio do método qualitativo de pesquisa, uma vez que se preocupa com os aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Segundo Oliveira (2007, p. 117), com a pesquisa qualitativa:

busca-se descrever a complexidade de uma hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo, permitir em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comprometimentos ou atitudes dos indivíduos.

Assim sendo, a pesquisa qualitativa proporciona compreensão em profundidade do contexto do problema. É um método indutivo por excelência para entender por que o indivíduo age como age, pensa como pensa ou sente como sente, pois respostas em profundidade são geradas apenas pela abordagem qualitativa (MINAYO, 2004).

Assim, o presente trabalho será realizado através de uma exploração teórica através de teses, teses, artigos, monografias e outros documentos científicos fiáveis, de forma a orientar a investigação, criar bases teóricas e garantir a qualidade. O objetivo é evidenciar a realidade de menores infratores no Brasil, não apenas mostrando seus erros e punições, mas também o motivo último para que violem ou mesmo reincidam. Ademais, compreender a importância da qualidade arquitetônica, que deve estar alicerçada nas normas das medidas de educação social aplicadas, na reabilitação e reinserção social de jovens infratores.

Em continuidade, para facilitar o entendimento, serão analisados projetos arquitetônicos que mobilizem mecanismos eficazes para ressocializar os usuários no espaço, tanto no Brasil quanto no exterior.

A partir, da coleta de informações e interpretação, será possível realizar o desenvolvimento da proposta arquitetônica que se dá através da delimitação da programação arquitetônica e pré-dimensionamento; definição do conceito e partido; escolha e estudo do terreno; e por fim, a investigação dos condicionantes projetuais, que abrange a inserção urbana, legislação, entorno, topografia, acessibilidade,

clima, insolação, ventos dominantes e acústica. Para Hershberger (1999), ao projetar é essencial que o arquiteto analise continuamente, todas as variantes envolvidas na situação, desde as características do meio urbano, até os valores dos usuários em relação ao espaço construído, o que envolve aspectos humanos, culturais, ambientais, temporais, econômicos, estéticos e de segurança.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROCESSO HISTÓRICO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NO BRASIL

As leis brasileiras direcionadas a menores existem desde a colonização do país, demonstrando a preocupação da sociedade com os infratores juvenis (FRANCO, 2016). Os crimes cometidos desde o início da colônia são regulamentados por decretos filipinos, os primeiros a entrar em vigor no ordenamento jurídico brasileiro, de 1603 a 1830 (NERI, 2012).

Seu texto é composto por severas leis e penas desproporcionais ao crime cometido. Segundo Rebelo (2010), a responsabilidade criminal de crianças e jovens foi enquadrada no livro 5 desta lei e está dividida em três fases. A primeira fase afirmava que pessoas acima dos vinte anos receberiam pena condizente com maiores de idade; a segunda fase se destinava a infratores com idade entre dezessete e vinte anos que cometessem graves infrações, caberia ao juiz, neste caso, a escolha por aplicar pena total ou parcial; a terceira etapa, voltada para infratores com menos de dezessete anos de idade, dizia que pena de morte não poderia ser aplicada, devendo o juiz determinar uma pena mais leve (PEREIRA, 2018).

Entre as inúmeras mudanças ocorridas no Brasil com a declaração de independência, e a necessidade desesperada de criar novos padrões que atendessem aos anseios da recém-formada república, que elencava em sua esfera penal, a Ordenações Filipinas, que instituiu punições cruéis e aviltantes a integridade física dos apenados, foi criado em 1830 o Código Criminal do Império, que avança em relação as leis Filipinas no que diz respeito a integridade física (FRANCO, 2016). Ele sugeria a admissão de adolescentes de quatorze anos que cometeram um crime para uma "casa de correção". (RIZZINI, 1993).

O Código está, portanto, na origem de uma inovação no direito brasileiro, conforme descrito por Oliveira e Assis (1999), com a aplicação de penas para infratores menores de quatorze anos, que, via de regra, não poderiam ser julgados por crime. No entanto, se for

constatado que o menor é capaz de compreender os atos praticados e as graves consequências que tais atos podem acarretar, o menor deverá ser punido com hospitalização, conforme previsto no Artigo 13 do Código Criminal do Império. (PEREIRA, 2018).

A partir da Proclamação da República e pouco tempo antes da promulgação, a primeira Constituição Republicana do Brasil, ocorrida em 24 de fevereiro de 1891, fez com que a sociedade passasse a se preocupar mais com as questões humanas, primariamente com a infância e juventude. Para tanto, em 11 de outubro de 1890, foi promulgado o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil – Decreto nº847 (FRANCO, 2016). O documento liderou a divisão das etapas da infância e da adolescência, separando-as em quatro ciclos: infância, que dura até nove anos; impuberdade, com duração de nove a quatorze anos; juvenil (menoridade), de quatorze a vinte e um anos; e a idade adulta (maioridade) em vinte e um anos.

No início do século XX, nasceram projetos legislativos para proteger os direitos dos menores e, em 1913, foi criada a primeira instituição de apoio aos infratores: o Instituto Sete de Setembro, que recebia tanto infratores quanto desvalidos. Em 1917, foi apresentada ao Senado a primeira lei que considerava “não criminosos” os jovens entre 12 e 17 anos (OLIVEIRA; ASSIS, 1999). Em 1927, começou a vigorar no Brasil o Código de Menores, sendo o primeiro país da América Latina a implantar medidas específicas para esta faixa etária (FUNABEM, 1984). Esta lei garantiu que menores de 14 anos não estariam sujeitos a qualquer processo criminal (isto pôs fim à questão do discernimento por parte do Império) e que os jovens entre 14 e 18 seriam submetidos a processo especial (FALEIROS, 1995).

Com a Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal, responsável por uma nova concepção da imputação do jovem infrator, entrou em vigor, estabelecendo que todos os menores de dezoito anos de idade deveriam ser penalmente inimputáveis, ou seja, não seriam responsabilizados pelas regras do Código Penal. Então, estavam sujeitos, a partir daquele momento, às normas da legislação especial (PEREIRA, 2018). No ano de 1941, um sistema nacional chamado Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foi criado em substituição ao Instituto Sete de Setembro, buscando manter o objetivo de dar suporte aos infratores e desvalidos (OLIVEIRA; ASSIS, 1999).

Entretanto, sua atuação foi sendo marcada por uma estrutura administrativa burocrática, pouco eficiente, sem autonomia e sem flexibilidade (FUNABEM, 1984) e por uma política repressora e sinônimo de horror com o passar dos anos. Suas instalações físicas eram precárias: os menores ficavam amontoados em situações de superlotação, havia técnicos despreparados, gestores omissos e era comum

espancar crianças. Alguns juízes começaram a condenar o SAM como uma fábrica de criminosos, uma escola para formação de delinquentes, um local inadequado, um sistema desumano, ineficiente e atroz (FALEIROS, 1995). Para sair dessa situação, em 1964, foi criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e seus órgãos executores, Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM), com o objetivo de substituir o SAM. As ações desenvolvidas por essas organizações dependiam diretamente do setor federal (PEREIRA, 2018).

Os ideais originais da FUNABEM foram bastante ambiciosos: buscar métodos, experimentar soluções, pesquisar técnicas que conduzissem a uma elaboração científica de princípios que presidissem toda a ação que visasse à reintegração do menor à família e à comunidade. Seu intento era uma abordagem preventiva e socio terapêutico (OLIVEIRA; ASSIS, 1999).

Novamente, a situação se repete e o FUNABEM teve que ser desligado pelo mesmo motivo que o SAM foi desativado: as condições físicas insalubres e inadequadas, bem como os abusos sofridos por menores em unidades formais que vão desde a violência física, estupro, uso de drogas psiquiátricas e qualquer tipo de ação que vise fazer o menor perder sua individualidade e capacidade de pensar (LUPPI, 1987; ALTOÉ, 1990). Somente em 13 de julho de 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, sob uma nova ótica, passou a considerar as crianças e os jovens como pessoas com direitos e carentes de proteção especial, independentemente de sua condição econômica, social ou familiar. Além de salvaguardas que antes não existiam para esse público, o ECA (1990) passou a considerar criança como pessoa menor de doze anos e adolescente como pessoa entre doze e dezoito anos (PEREIRA, 2018). O ECA declara que:

(...) crianças e adolescentes, menores de dezoito anos, como inimputáveis perante a lei, abolindo as penas aplicadas aos jovens infratores e introduzindo o novo conceito de medidas socioeducativas. Apenas adolescentes (12 a 18 anos de idade) que cometam um determinado ato infracional estão sujeitos às medidas socioeducativas propostas pelo estatuto. Estas medidas estão divididas em seis classificações, onde sua escolha de caráter punitivo é realizada por uma autoridade competente, e vem a depender da gravidade da infração cometida pelo jovem, sendo a última delas designada para os casos mais graves, que envolvam violência, grave ameaça, ou descumprimento de outra medida socioeducativa, a internação (ECA, 1990).

“A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (ECA, Art. 121, p.53). Essa medida não é aplicável por prazo determinado na sentença, tem duração máxima de três anos e requer reavaliação a cada seis meses. Os jovens presos e detidos devem ser enviados a um centro ou casa de detenção (PEREIRA, 2018).

Percebe-se que foram garantidos, teoricamente, a proteção a todos os jovens menores de idade e os direitos específicos para essa faixa etária a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Porém, os resultados obtidos graças às orientações do ECA dividem opiniões. De um lado, os defensores do documento e, do outro, aqueles que acusam o estatuto de dar proteção a indivíduos, mesmo que adolescentes, considerados perigosos (PEREIRA, 2018). O aumento da taxa de criminalidade deste público, na atualidade, alcança proporções alarmantes, principalmente nos grandes centros urbanos, não apenas pelas dificuldades de sobrevivência, mas, também, pela falta de educação, saúde, moradia e assistência social (SOUZA, 2015).

2.2 FATORES SOCIAIS

A adolescência, analisada à luz da psicologia socio-histórica, constitui-se em um construto social, com forte impacto na subjetividade. Portanto, essa fase só pode ser compreendida quando inserida em um contexto social, que depende das relações sociais do jovem, bem como de sua classe social, sua família, sua cultura, sua história, sua localização. Assim sendo, o adolescente se constitui como um sujeito socio-histórico (BOCK, 2004).

O jovem infrator é, antes de tudo, um adolescente cuja fase de desenvolvimento depende de variáveis relacionadas às suas mudanças físicas, biológicas e psicológicas, bem como à sua formação social e aos grupos a que pertence. Portanto, ao analisar um menor em violação à lei, devemos considerar sua situação, que, além de transitória, também é motivada por diversos eventos sociais, e a prática do ato infracional nada mais é do que uma consequência de seu contexto social (TEIXEIRA, 2006).

A realidade da sociedade brasileira hoje reflete um panorama em constante mudança de hábitos, normas e valores, cheios de contradições, às vezes cruéis e injustas. A exposição dos jovens a esta sociedade é marcada pela separação de classes e exclusão social, bem como pela precariedade dos sistemas de saúde e educação, falência da segurança pública, relações sociais conflituosas

entre cidadãos, instituições e representantes públicos, que, quase sempre, priorizam principalmente seus interesses ou os interesses de grupos minoritários (MIRANDA, 2010).

É importante destacar que a realidade desses jovens infratores se enquadra em um contexto social de desigualdade, rebeldia e falta de oportunidades. Muitas vezes, eles crescem em famílias disfuncionais, sem acesso à educação qualificada e permeiam a inatividade, em plena fase de desenvolvimento, com a mente vazia e desocupada de opções relevantes de conhecimento (PEREIRA, 2018). Por se encontrarem em um estágio de desenvolvimento pessoal, os jovens estão suscetíveis a comportamentos de risco, principalmente por se tratar de um período de experimentação e busca de identidade (SANTANA, 2006).

2.3 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O ECA responsabiliza diretamente os jovens infratores de 12 a 18 anos, por meio de medidas socioeducativas, que variam de acordo com a gravidade do comportamento e, em geral, buscam aconselhar e apoiar os adolescentes que infringem a lei. Embora essas medidas sejam aplicadas como consequências de erros, em teoria, não se tratam de penas ou castigos, mas, sim, de oportunidades de inclusão em processos educativos que, se bem empregados, resultariam na construção de projetos de vida junto a novas perspectivas de futuro e de inclusão social (ECA, 1990).

Uma vez comprovada a prática de um ato infracional, devem-se aplicar medidas socioeducativas, levando em consideração as características da infração cometida. Nesse caso, analisam-se as circunstâncias e a gravidade do ato, as características do jovem que o cometeu, além de sua capacidade de compreender seu erro e de cumprir as medidas que lhe serão impostas. Também, levam-se em consideração suas necessidades pedagógicas e psicológicas, caso se apliquem (PEREIRA, 2018). As autoridades judiciárias também podem aplicar de forma abrangente ou não salvaguardas, proteções, específicas pertencentes a medidas socioeducativas (ECA, 1990).

Estas medidas socioeducativas estão divididas em seis classificações, nas quais a escolha da pena dada pela autoridade competente depende da gravidade da infração cometida pelos jovens, sendo a última classificação (internação) dedicada a casos mais graves, nos quais estão envolvidos violência, grave ameaça, ou descumprimento de outras medidas socioeducativas (PEREIRA, 2018).

Na tabela 01 a seguir, é possível compreender como funciona cada medida socioeducativa listada pelo Eca:

	Medida	Como funciona?
Medidas em meio aberto	Advertência	Repreensão verbal, feita por juiz ou autoridade legal, que é transformada em documento e assinada pelas partes envolvidas.
	Obrigação de Reparar o Dano	Para casos de danos patrimoniais, o adolescente pode restituir o bem material ou compensar o prejuízo à vítima de alguma outra forma.
	Prestação de Serviços à Comunidade	O adolescente realiza tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou estabelecimentos similares; a jornada não deve exceder oito horas semanais e o período máximo dessa medida é de seis meses; ela não pode prejudicar a frequência do adolescente à escola ou à jornada normal de trabalho.
	Liberdade Assistida	Um orientador voluntário acompanha o jovem, com o apoio de autoridade competente; caso necessário, o adolescente é inserido em programas de auxílio e assistência social; também é acompanhada a frequência escolar e, em caso de maiores de dezesseis anos, há encaminhamento para cursos profissionalizantes.
Medidas em meio fechado	Semiliberdade	O adolescente deve pernoitar ou seguir determinada rotina em instituições especializadas; pode realizar atividades externas, como estudos e cursos profissionalizantes.
	Internação em estabelecimento socioeducativo	Medida privativa de liberdade; o jovem deve participar de atividades pedagógicas, profissionalizantes e esportivas; a internação não pode exceder três anos e só deve ser aplicada em último caso – quando houver grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de infrações graves ou descumprimento de outra medida socioeducativa.

Tabela 01 – Medidas Socioeducativas
Fonte: Estatuto da Criança e do Adolescente 2ª Edição – 2011

A partir da discussão até aqui realizada, é possível perceber que a pobreza, a desestruturação familiar, o envolvimento com drogas e a sensação de impunidade relevantes e preditores da delinquência juvenil, provocam uma reflexão sobre o envolvimento do adolescente com a marginalização.

2.4 PRIMEIROS AMBIENTES DESTINADOS A JOVENS INFRATORES NO BRASIL E NO MUNDO

O surgimento de lugares específicos para jovens reclusos, em espaços diferentes daqueles para adultos, remonta ao século XVI com as chamadas casas de correção na Europa. Desde então, esses espaços foram modificados, adaptados e construídos ao longo dos séculos (SOUZA, 2011). Até o início do século XX não existiam instituições voltadas para esta função. A criança era vista como um pequeno adulto e, como tal, sofria os mesmos tipos de punição. O suporte específico às crianças era direcionado para a assistência aos abandonados e aos que se encontravam em cenário de risco social, sendo o atendimento realizado por hospitais, abrigos e/ou igrejas (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Oliveira, com a evolução do pensamento social e jurídico voltado aos menores, criou-se em 1902 a primeira instituição para abrigar jovens com desvios de comportamento: o Instituto Disciplinar em São Paulo.

(...) Esta instituição tinha por objetivo corrigir e punir a criança e ao adolescente que cometesse atos não condizentes ao bom convívio social, apresentando um tratamento de caráter repressivo, correccional e punitivo, como instrumento de recuperação que se via refletido na edificação (OLIVEIRA, 2011).

Alguns anos mais tarde surge no Rio de Janeiro o Sistema de Atendimento do Menor (SAM), baseado no Código de Menores de 1927 que regulamentava a necessidade de educar, disciplinar física, moral e civicamente os menores em conflito com a Lei e em situação de risco social. Porém, com a instauração do regime militar nos anos 60, o SAM caiu em decadência e o estilo repressivo e humilhante revelou-se à opinião pública, resultando no seu reconhecimento como “Universidade do Crime” e “Sucursal do Inferno” (FEBEM, 1964).

Após a decadência do SAM, surgia em 1964 uma nova tentativa de estruturar o atendimento ao adolescente, com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM). Porém, a FEBEM é o maior exemplo de instituição com esse caráter penalizador e violento, uma vez que institui medidas socioeducativas que se resumem em inserir o adolescente em um local cercado por grandes muralhas, normas e regras rígidas e uma rotina diária a ser seguida desde a sua entrada (GOMES, 2011). Essas reflexões possibilitam questionar como a ressocialização dos adolescentes internados é realizada, uma vez que dentro da própria instituição a socialização é negada (TEIXEIRA, 2006).

Desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 1990, começou-se a questionar de forma mais incisiva a atuação dessas instituições. Porém, somente com o advento do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) em 2006, que os Centros de Socioeducação (CENSE) começaram a ser implantados de maneira a colocar em prática as medidas socioeducativas propostas pelo documento citado anteriormente, integrando o adolescente às outras instituições, como a família, a comunidade e a profissionalização (FERRAZ; CHICOSKI, 2011).

2.5 ESPAÇOS DE INTERNAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, há 18.086 adolescentes e jovens em cumprimento de internação por tempo indeterminado em instituições socioeducativas e 16.161 vagas, o que causa um déficit de quase duas mil vagas, como é possível visualizar na figura 02. Se for considerada, ainda, a média de pedidos pendentes mensais, o déficit é de quase 5 mil vagas. O levantamento se encontra no “Panorama da execução dos programas socioeducativos de semiliberdade e internação nos Estados brasileiros e no Distrito Federal”, lançada no dia 23 de setembro de 2018, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília.

Estado	Nº total de vagas específicas para internação por tempo indeterminado	Nº de jovens em cumprimento de internação por tempo indeterminado	Quantitativo de vagas livres	Índice de lotação (%)
AC	271	523	-252	192,99%
AL	254	189	65	74,41%
AM	100	67	33	67,00%
AP	84	68	16	80,95%
BA	465	566	-101	121,72%
CE*	528	528	0	100%
DF	676	682	-6	100,89%
ES	533	735	-202	137,90%
GO	385	290	95	75,32%
MA	201	204	-3	101,49%
MG	1123	1090	6	97,06%
MS	225	194	31	86,22%
MT	88	78	10	88,64%
PA	337	305	32	90,50%
PB	279	366	-87	131,18%
PE	702	1469	-369	209,25%
PI	129	103	26	79,84%
PR	648	718	-70	110,80%
RJ	889	1423	-534	160,07%
RN	163	139	24	85,28%
RO	200	159	41	79,50%
RR	55	67	-12	121,82%
RS	612	992	-310	162,09%
SC	160	158	2	98,75%
SE	101	172	-71	170,30%
SP	6911	6770	141	97,96%
TO	42	31	11	73,81%
Total (Brasil)	16.161	18.086	-1925	111,91%

Tabela 02 - Situação das vagas específicas para internação por tempo indeterminado por UF

Fonte: Brasil, 2018.

O estudo do CNMP apontou a existência de 123 unidades de semiliberdade e 330 unidades de internação. O Acre é o Estado que apresenta o maior número de superlotação em internação por tempo indeterminado: 192,99% de ocupação (figura 05). Já Minas Gerais é o Estado que informou o maior acúmulo de pedidos de vagas pendentes de atendimento recebidos entre janeiro e agosto de 2018, com 879 pedidos não atendidos (figura 06).

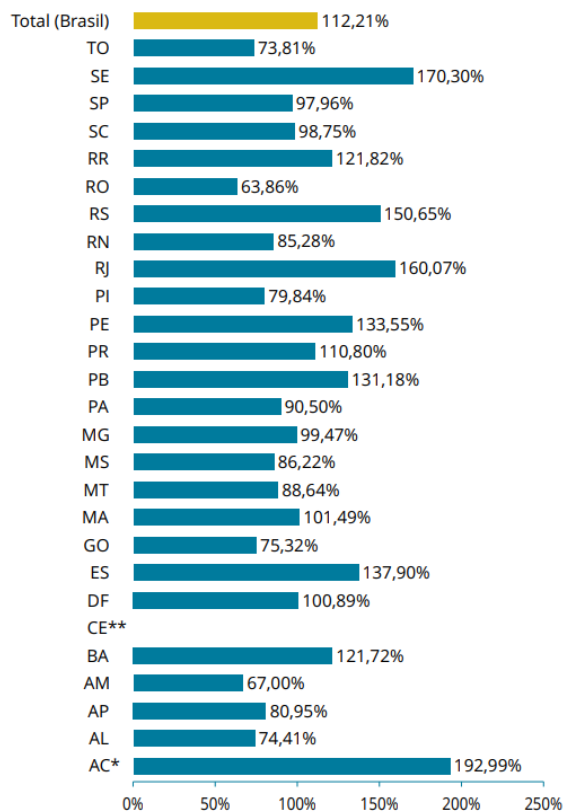


Gráfico 01 - Ocupação das unidades de internação por prazo indeterminado por UF.
Fonte: Brasil, 2018.

Estado	Pedidos de vagas recebidos pelos gestores dos estados e DF entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de agosto de 2018 ⁹	
	atendidos	lista de espera
AL	289	0
AM	1691	não informado
CE	4671	0
DF	618	0
ES	427	não informado
GO	116	68
MA	203	22
MT	135	147
MS	90	327
MG*	834	879
PR	3176	245
PI	111	não informado
RJ	3647	0
RN	356	19
RS	567	não informado
RO	1354	0
RR	461	0
SC	1044	300
SP	3676	0
SE	368	0
TO	38	4
Total	23872	2011

Tabela 03 - Pedidos de vagas de internação por prazo indeterminado atendidos e pendentes de cumprimento
Fonte: Brasil, 2018.

Pereira (2018) afirma que embora se possam constatar progressos em várias cidades brasileiras com a construção de novas unidades em conformidade com a norma legal e importante avanço em relação à escolarização. A maioria das unidades de internação existentes no Brasil não estão em conformidade e possuem inúmeras falhas estruturais na edificação.

A carência de estrutura destes ambientes que necessitavam ter como propósito primordial recuperar um jovem, os faz perder as esperanças em se reintegrar à sociedade de forma efetiva, muitas vezes criando novos motivos para repetição no ato infracional.

2.6 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE

O SINASE é o conjunto de ordenado de regras, critérios e princípios que contornam a execução de medidas socioeducativas. Incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, assim como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a Lei (SINASE, 2010).

O SINASE direciona ações, para a construção de unidade socioeducativas de privação de liberdade, e trata de forma pedagógica, levando em consideração o apoio do Estado, família e sociedade. Uma forma de elaborar as diretrizes pedagógicas e trabalhando com profissionais especializados em cada setor, pois o adolescente encontra-se em estado de fragilidade e revolta que muitas vezes refleti no seu comportamento.

Além disso, o SINASE controla os aspectos arquitetônicos, ou seja, analisa o tipo de edificação e quais infraestruturas o espaço oferece ao jovem, buscando conservar a integridade física e psicológica desses menores. Isto é, a medida socioeducativa que a SINASE aplica é um complemento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afim de priorizar a proteção e o cumprimento do regime, conciliando duas organizações como direitos humanos e judiciários.

2.6.1 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O SINASE é a primeira validação no Brasil, em um documento legal, que estabelece, de modo claro, o espaço arquitetônico como um dos componentes aptos de ajudar na reabilitação dos jovens em conflito com a lei. Foi o primeiro a usar o termo “Arquitetura Socioeducativa”, relatando o espaço físico como elemento motivador do desenvolvimento social, pessoal, afetivo, social e racional do adolescente (SOUZA, 2011).

As entidades de atendimento e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação deverão orientar e fundamentar a prática pedagógica nas subseqüentes diretrizes:

- I. Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios.
- II. Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo.
- III. Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas, considerando-os como participantes do seu processo de desenvolvimento.
- IV. Respeito à singularidade, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa.
- V. Exigência e compreensão e enquanto elemento primordial de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo.
- VI. Diretividade no processo socioeducativo.
- VII. Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa.
- VIII. Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional.
- IX. Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente.
- X. Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica.
- XI. Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa de modo a possibilitar o fortalecimento dos vínculos e a inclusão social.
- XII. Formação continuada dos atores sociais, através de educação, capacitação e atualizações (SINASE, 2006)

A arquitetura é uma ferramenta da ação socioeducativa, com isso pode ser definida como Arquitetura Socioeducativa aquela que contém planos projetuais qualificados para contribuir com as funções desempenhadas no espaço (PEREIRA, 2018).

2.7 CENTRO EDUCACIONAL COMPLEMENTAR E PROFISSIONALIZANTE

Conforme disposto no ECA (1990), as medidas socioeducativas devem garantir ao adolescente autor de ato infracional ou de conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal, o acesso às situações que possam contribuir na superação de sua condição de excluído e, sobretudo, na constituição das condições para a participação na vida social. Na sua realização, os programas socioeducativos devem, obrigatoriamente, prever a frequência à escola, a inserção em programas de capacitação para o trabalho e o envolvimento das famílias e da comunidade.

Com isso o Centro Educacional Complementar e Profissionalizante tem como foco a construção de espaços para oportunizar experiências que favoreçam a socialização e o desenvolvimento das potencialidades. Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito complementar, estão as atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas, envolvendo dança, música, teatro, jogos, brincadeiras, desenho e pintura, além de apoio pedagógico.

As atividades mencionadas acontecem em oficinas, cujo principal objetivo é compor um ambiente socializador que propicie o desenvolvimento da identidade do adolescente do próprio grupo, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação e descontração (D'ÁVILA; CARDOSO; XAVIER, 2013.)

As ações voltadas à profissionalização devem possibilitar ao adolescente o desenvolvimento de habilidades e competências articuladas às demandas efetivas do mundo do trabalho. Devem, também, ser orientadas pela concepção do trabalho como princípio educativo, articulando o saber, o pensar ao fazer, rompendo a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

A educação profissional, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN,1996) é considerada uma modalidade de ensino e tem como objetivos a capacitação de jovens e adultos para o exercício de atividades produtivas mediante a aquisição de conhecimentos e habilidades gerais e específicas; formação de profissionais para o exercício de atividades específicas no trabalho; especialização, aperfeiçoamento e atualização do trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; qualificação, profissionalização e atualização de jovens trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, para a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

2.8 BENEFÍCIOS SOCIAIS

Para atingir a finalidade da medida socioeducativa, é de extrema importância que se estabeleça uma proposta socioeducativa, contando com orientação pedagógica, psicológica, profissionalizante e acompanhamento personalizado aos adolescentes. As medidas são o meio para que se possa trabalhar de forma integral o desenvolvimento humano destes adolescentes, buscando orientá-los quanto aos seus direitos e deveres perante a sociedade, para que possam ser reintegrados a esse conjunto de maneira que se sintam pertencentes a ela (SILVA, 2014).

As ações educacionais nas instituições de cumprimento das medidas socioeducativas visam estimular a integração entre o jovem infrator e a construção de novos projetos de vida. Além de direcioná-los a refletir sobre suas limitações, para conseguir libertar-se de questões que o levam a prática de atos infracionais e principalmente a melhora das relações humanas, seja familiar ou social. A educação pode dar-lhes cidadania e autonomia (DANTAS, 2017).

2.9 BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

Segundo Carvalho (2017) os espaços voltados para a reeducação social são carregados de uma identidade já preestabelecida de cunho negativo e pejorativo por parte da maioria dos jovens que usufruem de seus serviços, parte dessa identidade é impossível de ser deslocada desse espaço, por conta de fatores como a obrigatoriedade da estadia no lugar por delimitação legal, o contexto que levou o jovem a essa estadia e a exigência do cumprimento de diversas regras.

A esse respeito, Pereira (2018) afirma que a arquitetura tem competência para contribuir com a internação, levando em consideração a organização espacial e funcional como instrumento para viabilidade da proposta pedagógica, proporcionando maiores chances de recuperação, contribuindo para o desenvolvimento pessoal desses jovens e gerando um maior bem-estar pessoal. Já Pizzato (2016) afirma que a arquitetura por si só talvez não tenha a capacidade de reabilitação das pessoas, assim como talvez a arquitetura não tenha conseguido criar um novo homem, como acreditava Le Corbusier no nascimento da Arquitetura Moderna. No entanto, certamente as características que os arquitetos e urbanistas imprimem nos espaços e nas conexões entre estes muito contribuem para o sucesso de atividades ali desenvolvidas, como a socioeducação.

Então, para que haja uma contribuição da arquitetura com a reintegração do jovem infrator após a internação, é necessário que se considere a situação de habitabilidade da edificação da internação e ensino. Desta forma, é necessário entender a conduta do sistema socioeducativo, e ao mesmo tempo as necessidades que esses jovens têm em relação a seu progresso pessoal e profissional dentro desses espaços (PEREIRA, 2018).

3. CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS

No capítulo presente serão mostrados os aspectos normativos que nortearam a concepção do atual Trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (TDAUP), com a finalidade de estudar os aspectos normativos que constituem esse trabalho, embasados em leis de domínio internacional, nacional e municipal.

3.1 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO INTERNACIONAL

3.1.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Foi aprovado em 1959, pela extinta Liga das Nações, atual Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração dos Direitos da Criança, que consiste em dez princípios, os quais garantem que todas as crianças são credoras de direitos, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, condição social, nacionalidade ou religião. Além disso, ressalta que toda criança tem o direito de ser compreendida e protegida e devem ter oportunidades para o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. O sétimo princípio abrange que:

A criança tem direito à educação, para desenvolver as suas aptidões, sua capacidade para emitir juízo, seus sentimentos, e seu senso de responsabilidade moral e social. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito. (JUSBRASIL, 2002)

Como se pode observar, a ONU criou condições que garantem à criança e ao adolescente uma vida significativa, desenvolvendo, durante o período de idade em que ela é mais vulnerável a um comportamento desviado, um processo de desenvolvimento pessoal e de educação o mais distante possível do crime e da delinquência.

Essas normas e acordos internacionais são de fundamental importância, pois fornecem indicações para a legislação nacional sobre o desenvolvimento de leis específicas para a proteção de crianças e jovens, bem como regulam a proteção para menores infratores em matéria penal.

3.2 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO NACIONAL

O Art. 227 da Constituição Federal aborda que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança, ao adolescente, e ao jovem, com total prioridade, o direito, à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além disso, é dever do estado promover programas de assistência à saúde, admitida a participação de entidade não governamentais, por meio de políticas específicas e obedecendo ao seguinte regulamento:

II - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (BRASIL, 1988. Art. 227. § 1º).

A Constituição Federal, no Art. 227, pressupõe a garantia e à efetivação de condições mínimas de dignidade para que toda criança e adolescente pudesse crescer dignamente. No mesmo sentido, dispôs o Estatuto da Criança e do Adolescente ao prever os direitos fundamentais da criança e do adolescente.

O ECA veio para substituir a Lei 6.697 de 1979 (Código de Menores), pois tal lei era ineficaz como medida educativa, sendo severo e repressor, não garantindo direito algum no que abrange a proteção das crianças e adolescentes. O Estatuto dispõe sobre a proteção integral sendo de responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público de assegurar os direitos estabelecidos na Constituição.

Na Constituição Federal de 1988, os menores de 18 anos são considerados inimputáveis. Todo ato considerado ilícito pela sociedade é classificado como infração e os adolescentes não podem ser incluso no sistema prisional. O mesmo é atendido pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sob a responsabilidade da Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA).

Instituído pela Lei Federal nº 12.594/2012 em janeiro de 2012, o SINASE é também regido pelos artigos referentes à socioeducação do ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), pela resolução 119/2006 do Conselho Nacional do Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução 160/2013 do Conanda).

É o SINASE que coordena a execução da política nacional de atendimento, que inclui as medidas de privação e restrição de liberdade, como internação, semi - internação e liberdade provisória, e também as medidas socioeducativas, como as de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

3.3 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO ESTADUAL/ MUNICIPAL

3.3.1 PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO

O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso é referenciado pelos princípios e diretrizes da legislação vigente: Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução nº 119/2006 do Conanda e por fim, a Lei do SINASE nº 12.594/2012. Tais legislações foram discutidas e adaptadas à realidade do Estado nas oficinas de elaboração do Plano que orienta nas ações que sugerem propostas que superem as dificuldades identificadas no atendimento socioeducativo do Estado, na forma de ações, objetivos, períodos e responsáveis pela sua execução.

O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso tem os seguintes objetivos específicos:

1. Integrar a gestão estadual do Sistema de Atendimento Socioeducativo.
2. Assegurar a execução das medidas socioeducativas no meio aberto.
3. Aprimorar o Sistema de Informação SIPIA no Estado.
4. Qualificar a implantação das novas unidades socioeducativas.
5. Qualificar o atendimento socioeducativo: da infraestrutura, dos profissionais, dos direitos dos adolescentes, do enfrentamento à violência institucional.
6. Incentivar a participação autônoma dos/as adolescentes na construção e implementação da proposta socioeducativa na execução de todas as medidas socioeducativas (MSE) e em todos os âmbitos (Estadual, Municipal e nas Unidades Socioeducativas);
7. Estabelecer parâmetros de elaboração de Projeto Político Pedagógico;
8. Garantir a participação cidadã dos adolescentes nas ouvidorias e/ou corregedorias;
9. Assegurar o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos;
10. Implementar a gestão escolar democrática nas unidades socioeducativas;
11. Qualificar o atendimento ao adolescente no Sistema Socioeducativo no âmbito do Sistema de Justiça e Segurança Pública.

A partir desse panorama traçado nos capítulos anteriores, abre-se espaço para a apresentação de referências, suas descrições e análises nos capítulos que seguem.

4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

O referencial projetual refere-se ao estudo de caso de projetos que possuem um panorama do que será proposto neste de conclusão de curso, ou seja, que tenham concepções humanizadas e de arquitetura associada a gestão de unidades de internação para jovens em conflito com a lei e centros profissionalizantes. As análises foram feitas de maneira indireta, através de pesquisa bibliográfica na internet.

4.1 PROJETO 01 – PRISÃO DE HALDEN – INTERNACIONAL

A unidade prisional está localizada em Justisveien, Halden, no sul da Noruega (Figura 07). Desenvolvida pelos estúdios HLM E Erick Moller, foi inaugurada em 2010 para abrigar 250 prisioneiros. Considerava a prisão de segurança máxima mais humana do mundo, é responsável pela detenção dos presos mais perigos da Noruega. O sistema penitenciário aposta na recuperação e ressocialização do preso ao invés da punição (BBB News, 2018).



Figura 01 – Mapa de Localização da Prisão de Halden
Fonte: Google Maps, 2021 – Editado pela Autora

Implantada a nove quilômetros da área urbana da cidade de Halden, o projeto apresenta em sua organização um conceito inovador de segregação espacial. O local procura explorar aspectos naturais, como a presença de pinheiros nativos da região em seus domínios, aproximando a vivência dos prisioneiros à natureza (Figura 08 e 09). Além disso, não há grades na prisão, mas sim janelas com uma vista para um bosque próximo ao complexo.

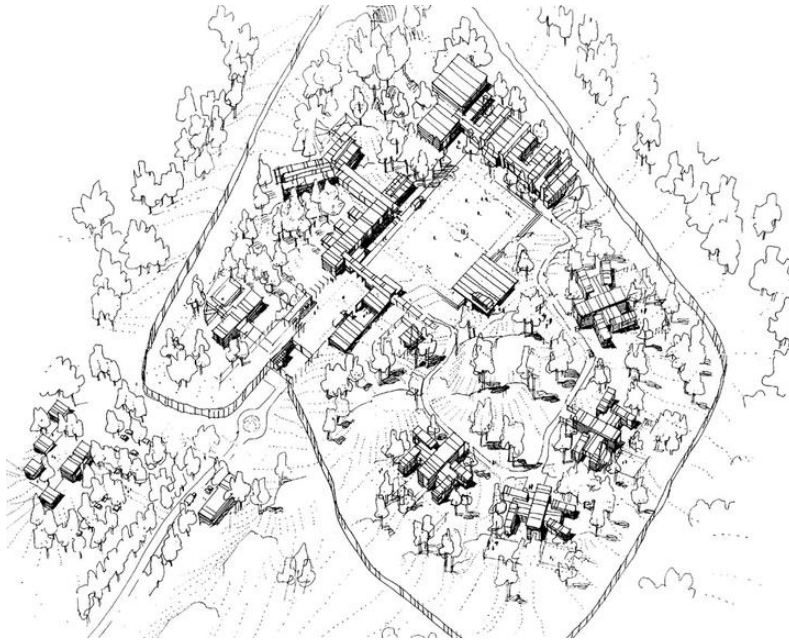


Figura 02 – Implantação da Prisão de Halden
Fonte: Archdaily, 2011.



Figura 03 – Perspectiva da Implantação
Fonte: Archdaily, 2011.

Nesta prisão não há celas superlotadas, já que os detentos ficam em quartos individuais, equipados com televisão, frigobar, escrivaninha e banheiro privativo (Figura 10), além disso, os demais ambientes como os quartos técnicos para os agentes/funcionários do local, cozinha, cantina, centro de visitantes, administração, área de segurança máxima, oficina de trabalho, educação, biblioteca (Figura 11), instalações esportivas e salas religiosas, pavilhões de celas com bloqueio de celular, garagem, armazenamento e prisão aberta, para detentos que vão ao presídio somente para dormir, como é possível analisar na imagem a baixo.



Figura 04 – Quartos Individuais Prisão de Halden
Fonte: Architecture Norway, 2010



Figura 05 – Biblioteca da prisão de Halden
Fonte: Architecture Norway, 2010.

Os espaços estão separados de acordo com as suas funções, oferecendo diferentes tipologias de conexão entre seus ambientes. Estas relações variam de fechadas e restritas (Figura 12), como no caso das áreas de visitas, administração e segurança máxima. Já para variações abertas e compartilhadas (Figura 13), representadas no módulo de educação e esporte. Estas variações são decorrentes do conceito de humanização determinado da unidade prisional que, oferecendo áreas de livre convivência, simula a vida exterior no dia-a-dia dos detentos, sendo possível avaliar como seria a conduta dos mesmos em um local de uso comum.



Figura 06 – Áreas Restritas da prisão
Fonte: Architecture Norway, 2010



Figura 07 – Áreas Compartilhadas da prisão
Fonte: Architecture Norway, 2010

O complexo possui formatos geométricos primários em todos os seus módulos carcerários, dispondo apenas de algumas variações angulares na implantação dos volumes no terreno, dispostos de acordo com seus usos e funções. As edificações estão submetidas a um novo padrão organizacional a fim de atender o conceito humanista do projeto, o que acaba refletindo em sua forma.



Figura 08 – Vista Externa da Prisão de Halden
Fonte: Architecture Norway, 2010



Figura 09 – Volumetria da prisão de Halden
Fonte: Architecture Norway, 2010

O local ainda faz uso de iluminação natural e fica num terreno elevado (Figura 16), que garante uma vista para cada uma das celas individuais. A prisão dispõe de uma casa para hospedes, onde os prisioneiros podem receber as suas famílias durante a noite. Para aliviar o peso psicológico da privação de liberdade foram empregadas no projeto pinturas e fotografias (Figura 17).



Figura 10 – Disposição da Volumetria no Terreno da Prisão de Halden
Fonte: ArchDaily, 2010



Figura 11 – Pintura Cômica no Muro da Prisão Halden
Fonte: Architecture Norway, 2010

4.2 PROJETO 02 – PRISÃO STORSTROM - INTERNACIONAL

Em Gundslev, há mais ou menos 100km de Copenhague (Figura 18), encontra-se a prisão intitulada de Storstrom Prison. Foi projetada pelo escritório C. F. Moller em 2017 e possui uma área de 32.000m², onde duzentos e cinquenta detentos estão presos em segurança máxima. A proposta principal de projeto foi de desenvolver um presidio mais humanizado e ressocializador. Tal prática não é algo novo na região e tem alcançado bons resultados, já que contribui para a recuperação dos presos, diminuindo, assim, a reincidência criminal.



Figura 12 - Mapa de Localização da Prisão Storstrom
Fonte: Google Maps, 2021 – Editado pela Autora

Cercada por muros de seis metros, a cadeia possui cerca de 300 câmeras de segurança, foi projetada com a pretensão de auxiliar a situação mental e psicológica dos presos, assegurando também um espaço de trabalho tranquilo aos funcionários. Para a criação da implantação o arquiteto teve como inspiração uma cidade pequena, utilizando elementos como ruas e quadras (Figura 19), trazendo referencias das vilas próximas, integrando a prisão ao entorno. Isso faz com que os detentos tenham uma experiência mais familiarizada com a comunidade, mantendo o caráter institucional daquele espaço no mínimo (BURNS, 2017).



Figura 13 – Foto Panorâmica Prisão Storstrom
Fonte: ArchDaily, 2017.

O espaço destinado ao alojamento é organizado em unidades de 4 a 7 celas, localizadas envolta de um hall social. Tais unidades, tem acesso a uma área de convívio, com a sala de estar e cozinha compartilhada (Figura 20 e 21). Os espaços sociais são decorados com cores que se distanciam da linguagem institucional, além de receberem obras de arte criadas especialmente para a prisão (MOLLER, 2017).

Levando em consideração a importância da iluminação natural para o bem-estar das pessoas, cada cela conta com duas aberturas que permitem a entrada de luz, além de contemplar uma vista de entorno. É possível observar também que o projeto prevê espaços internos e externos para jogos, esportes e exercícios em geral (MOLLER, 2017).

A Storstrom Prison não possui grades, as suas celas possuem determinado conforto, luz natural e mobiliário de qualidade. As áreas comuns da construção possuem o estilo escandinavo, com a utilização de muita madeira.

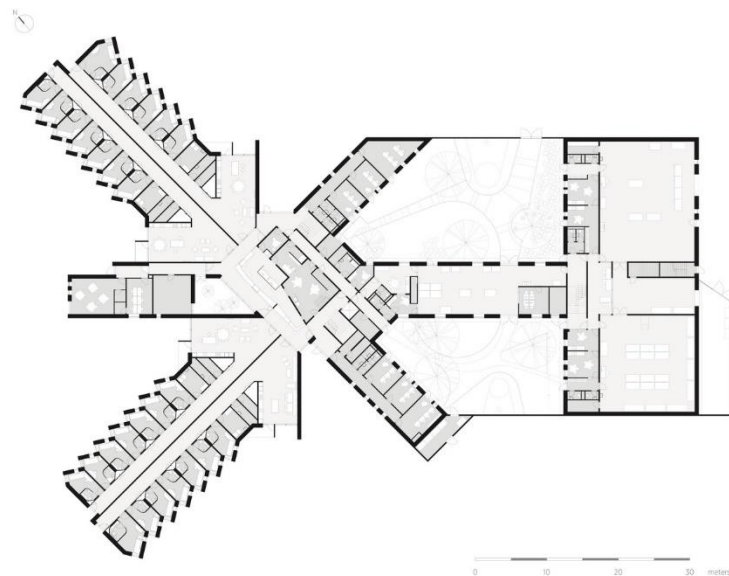


Figura 14 – Planta Baixa do Térreo da Prisão Storstrom
Fonte: ArchDaily, 2017.

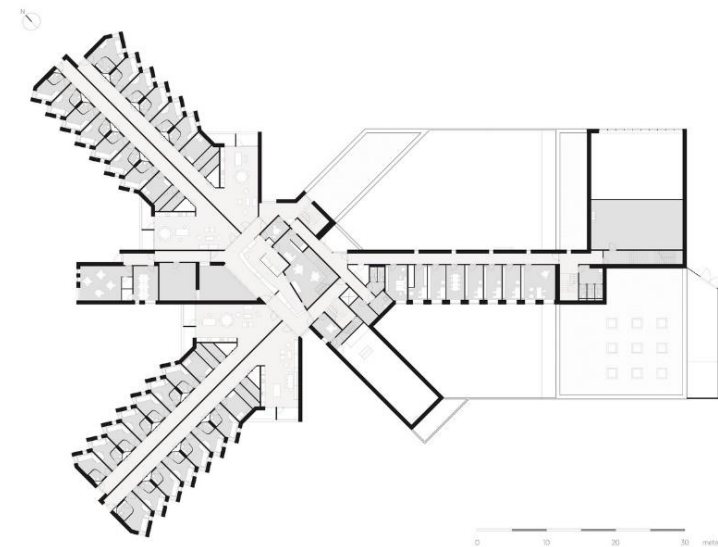


Figura 15 – Planta Baixa Pavimento Superior da Prisão Storstrom
Fonte: ArchDaily, 2017.

Para gerar uma dinâmica volumétrica, a cobertura e as fachadas são feitas em angulações diferentes. O acabamento das fachadas deu-se através do uso de tijolos claros, alternados com concreto e aço galvanizado, matérias duráveis, de pouca manutenção (Figura 22 e 23).



Figura 16 – Vista Externa 01 da Prisão
Fonte: ArchDaily, 2017.



Figura 17 – Vista Externa 02 da Prisão
Fonte: ArchDaily, 2017.

4.3 PROJETO 03 – INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR AIMERIGUES - INTERNACIONAL

O Instituto se localiza em um lote do tecido residencial na região de Las Aimerigues em Terrassa, Barcelona (Figura 24), no limite de um futuro crescimento da cidade e uma área de parques de importantes dimensões, projetada pelo escritório de arquitetura Barcelá Balanzó Arquitectes e Xavier Garcia, em 2018, possuindo 4.421m².



Figura 18 - Mapa de Localização da Instituição
Fonte: Google Maps, 2021 – Editado pela Autora

A implantação foi estabelecida a partir dos volumes da construção dentro do lote: um volume compacto alinhado em uma das vias (Figura 25) e um volume menor que contém o ginásio e que estabelece o acesso através do espaço público e o terraço. A proposta é de caráter compacto com um corredor central luminoso e generoso, sala de ambos os lados. Foi levado em conta um volume compacto, eficiente, flexível e econômico (Figura 26).



Figura 19 – Volumetria da Instituição
Fonte: ArchDaily, 2017



Figura 20 – Foto Panorâmica da Instituição
Fonte: ArchDaily, 2017

Entre os blocos se dispõe um terraço orientado para o sul, onde se acessa o ginásio e o instituto. Sobre os materiais utilizados na obra, fez-se o uso de cerâmica na fachada, com diversos tipos de tratamento, para gerar inúmeras texturas, em referência à tradição da arquitetura industrial da cidade (Figura 27). Os demais acabamentos são em vidro, policarbonato celular e revestimento de pinho de cobre em alguns locais no térreo (Figura 28).

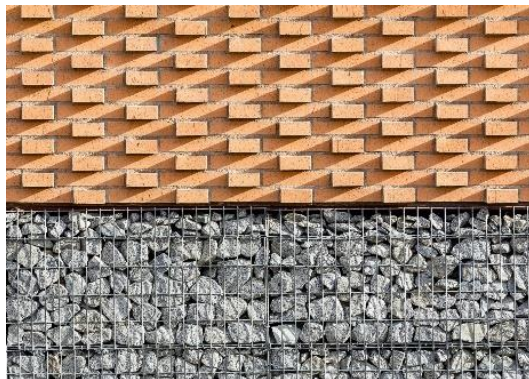


Figura 21 – Revestimentos Externo da Instituição
Fonte: ArchDaily, 2017.

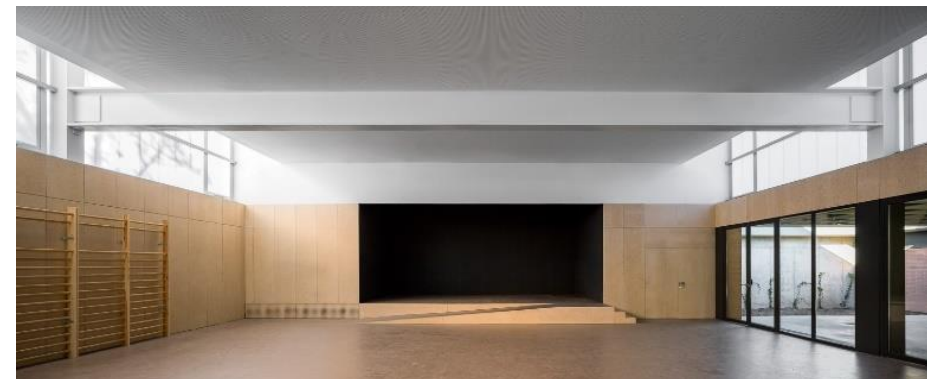


Figura 22 – Revestimentos Internos da Instituição
Fonte: ArchDaily, 2017

A proteção contra raios solares, é feita através de lâminas de cerâmica ajustáveis que evitam a luminosidade direta, porém permite a entrada de luz difusa (Figura 30). A altura da edificação foi pensada para evitar o sol direto, mas ainda assim, permite vistas para o exterior (Figura 29). As salas de aulas foram dispostas no volume alinhado à rua Pablo Iglesias, gerando um dos limites do centro, sem causar espaços residuais. O ginásio foi programado com a frente para a rua Icaria, onde também foi disposto o acesso, com um espaço arborizado que serve como estacionamento para bicicletas.



Figura 23 - Vista da Externa da Instituição
Fonte: ArchDaily, 2017.



Figura 24 – Lâminas de cerâmica ajustáveis na fachada
Fonte: ArchDaily, 2017.

Como já explanado, foi pensado em um volume compacto, com medidas coerentes para o desenvolvimento de atividade e lazer, sem espaços residuais, facilitando o controle do espaço externo e permitindo uma fácil ampliação caso necessário (Figura 31). Sobre a flexibilidade, em decorrência das diversas mudanças que ocorre nos programas docentes a instituição precisa de uma grande flexibilidade para pode receber diversos usos no decorrer do tempo. É necessário ressaltar que há acessos independentes, sem a necessidade de entrar no centro, para a biblioteca, o ginásio, e banheiros externos e a AMPA.

A edificação possui um sistema eficiente pois sua compactidade minimiza as perdas energéticas, além disso, a modulação e a construção a seco são sistemas que reduzem a quantidade de carbono da construção.



Figura 25 – Implantação da Instituição
Fonte: ArchDaily, 2017.

4.4 PROJETO 04 - CENTRO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SÃO CAETANO DO SUL - NACIONAL

Localizada em São Caetano do Sul, Brasil (Figura 32). O centro foi desenvolvido pela arquiteta Carolina Penna, em 2011. Possui uma área total de 5.000 m², sendo que o terreno possui 6.085 m².



Figura 26 - Mapa de Localização do Centro
Fonte: Google Maps, 2021 – Editado pela Autora

Há dois blocos onde concentra-se as atividades didáticas e de eventos separadamente, foram locados juntos a um pátio central que preservou a vegetação original. Uma grande parte do lote voltou-se para a criação de amplos caminhos de passeio e uma praça externa dando ênfase ao caráter público do local (Figura 33).

Internamente onde são desenvolvidas as atividades de concentração com estudos, aulas, apresentações os blocos são distribuídos dentro de uma grande praça interna que, assim como em uma praça urbana, organiza o fluxo de pessoas e proporciona encontros.

Os recursos construtivos propostos são amplamente conhecidos e econômicos. A escolha dos materiais seguem a mesma linha, resistentes, duráveis e econômicos e simples, sendo a alvenaria com pintura branca, pisos em granilite branco, painel de madeira

ecológica, caixilho de alumínio e estrutura aparente de concreto. O branco em composição ao verde dos jardins. As áreas verdes, além de estética, proporcionam aos usuários ambientes mais agradáveis para convivência. Contribuindo para um melhor desempenho térmico e acústico das edificações.

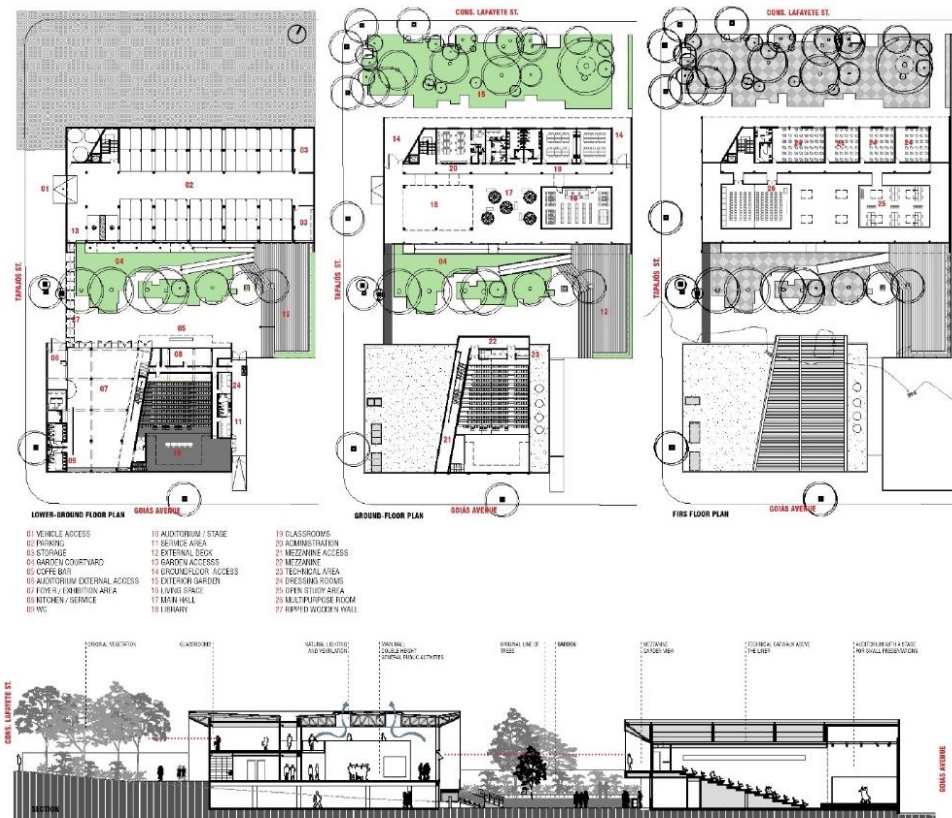


Figura 27 – Implantação do Centro de Formação de Profissionais da Educação
 Fonte: ArchDaily, 2011

Com o objetivo de formar educadores e fomentar a discussão sobre a educação, o centro é um espaço de uso coletivo, destinado a estudos, diálogos, encontros, debates; entre professores, cidadãos, alunos e pais. Contando com amplos espaços, de convivência e trocas experiências (Figura 34 e 35).



Figura 28 – Espaços de Uso Coletivo
Fonte: ArchDaily, 2011



Figura 29 – Vista das Salas de Aula do Centro - ArchDaily, 2011

No bloco didático, em decorrência da insolação foram definidas pequenas aberturas, formando um mosaico de luz ou sombra que aponta sutilmente as atividades do interior (Figura 36). Já na face sul, uma grande cortina de vidro voltada ao jardim enche luz os ambientes internos. As salas presentes na face norte, contemplam a praça pública e a vegetação protege as cortinas de vidro dos raios solares (Figuras 37).



Figura 30 – Espaços de convivência contemplam jardim
Fonte: ArchDaily, 2011.



Figura 31 – Cortina de Vidro Voltada para o Jardim
Fonte: ArchDaily, 2011.

Como mencionado anteriormente, os recursos construtivos utilizados são amplamente conhecidos, além de resistentes, duráveis, econômicos e simples.

4.5 PROJETO 05 - CENTRO SOCIOEDUCATIVO JI-PARANÁ - NACIONAL

Localizado no estado de Rondônia (BR), mais precisamente na cidade de Ji-paraná (Figura 38) que segundo dados do IBGE (2017), possui uma população estimada de 132.667 habitantes, sendo assim o segundo mais populoso do estado e o décimo sexto mais populoso da Região Norte do Brasil.

O centro está localizado nos limites da BR-364, próximo ao quilômetro cinco. Tem como objetivo abrigar adolescentes em conflito com lei que cumprem medidas socioeducativas de internação provisória. A obra, que deveria ser entregue em agosto de 2013, teve um atraso de 3 anos, e foi inaugurada em junho de 2016. Durante o tempo que a obra não era finalizada, os adolescentes da região cumpriam suas medidas em regime de internato num local alugado, de instalações escassas e desaprovadas pelo Ministério Público (Portal G1 Rondônia, 2016).



Figura 32 - Mapa de Localização do Case
Fonte: Google Maps, 2021 – Editado pela Autora

A execução do primeiro Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) faz parte da política do Governo do Estado em possibilitar aos jovens em conflito com a lei a oportunidade de ressocialização de forma humanizada. O centro foi locado no mesmo terreno do antigo Centro de Recuperação e Capacitação de Menores (CERCAME), no bairro Santiago. A nova estrutura foi construída de acordo com a legislação federal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2016).

O projeto possui alojamentos individuais com capacidade para 52 internos, refeitório, e atividades que possibilitam a recuperação e reinserção social dos adolescentes reclusos. O CASE dispõe para os socio educandos ensino modular nos níveis Fundamental e Médio, terapia ocupacional, aulas de artesanato, de informática e formação musical em instrumentos de percussão e sopro, orientação religiosa, práticas agrícolas e área de convívio social.

Os jovens também podem acessar um amplo espaço desportivo, que conta com pista de atletismo, piscina, academia rústica de ginástica, campo de futebol e quadra poliesportiva (Figura 39 e 40).

O centro socioeducativo foi super aceito e elogiado por autoridades judiciais e familiares dos internos. Sendo que grande parte deles nunca tiveram acesso ao que é disponibilizado na unidade, agora podem usufruir de tudo com propósito de melhorar sua condição de vida a partir de novas perspectivas e envolvimento sociais após sua saída (Portal G1 Rondônia, 2016).



Figura 33 – Piscina
Fonte: Secretaria de Justiça, 2016.



Figura 34 – Academia Rustica
Fonte: Secretaria de Justiça, 2016.

A implantação possui diversos blocos, divididos de acordo com as atividades desenvolvidas, e a construção foi feita de alvenaria com cobertura de platibanda, todos os blocos seguem o mesmo padrão tanto de pintura e esquadrias, como de altura final da platibanda. O local tem um aspecto totalmente institucional, sendo que nos centros de cada bloco tem pátios que servem como espaços de convivência (Figura 41 e 42).



Figura 35 – Vista Panorâmica do Case
Fonte: Secretaria de Justiça, 2016.



Figura 36 – Fachada Principal do Case
Fonte: Secretaria de Justiça, 2016.

4.6 PROJETO 06 - ESCOLA THE PROUDHON

A construção da Escola The Proudhon (Figura 43 e 44), localizada no distrito Palente, ao norte de Besançon, na França, aconteceu em 1971, entretanto em 2015 o escritório Tectoniques, em colaboração com o Architectures Adelfo Scaranello venceu um concurso para reestruturar e ampliar as instalações, com isso atualmente a estrutura tem 10.116m². O sistema construtivo adotado na segunda fase da construção, foi estrutura em madeira.



Figura 37 – Escola The Proudhon
ArchDaily, 2015



Figura 38 – Fachada da Escola The Proudhon
Fonte: ArchDaily, 2015

A disposição dos blocos acontece de forma linear ao longo do terreno. O volume branco, ao centro da edificação, é o bloco mais antigo, cuja construção data de 1971. É o mais alto da composição, com 4 pavimentos, e abriga o setor pedagógico, onde ocorrem aulas de ensino regular e salas de estudo. Há também dois laboratórios de química, localizados no segundo pavimento. À esquerda do edifício localizam-se as áreas destinadas às oficinas (Figura 45).

Há oficinas de marcenaria e de culinária nesses blocos, e sua disposição é demarcada conforme o uso. À direita encontra-se as salas de artes e de música, no primeiro pavimento. Nesta área localiza-se também o ginásio. O setor administrativo está subdividido ao

longo da edificação, de acordo com o seu uso. Há várias áreas de convivência e pátios dentro do edifício, estratégia utilizada como alternativa ao clima frio da região.

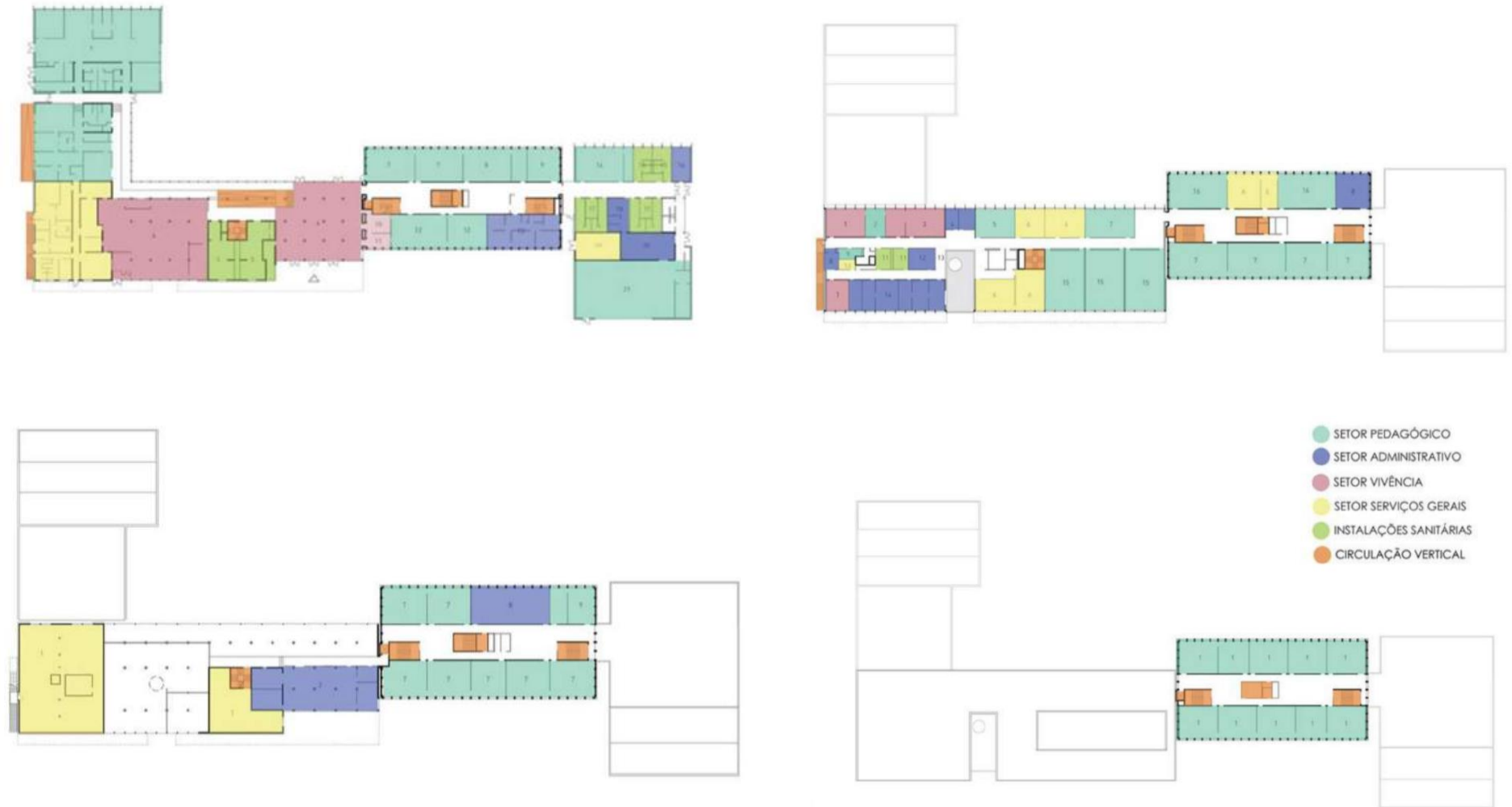


Figura 39 – Setorização da Planta baixa de todos os pavimentos
Fonte: ArchDaily, 2015

A construção do novo edifício foi realizada em estrutura de madeira usando um sistema viga-pilar, com um revestimento também em fibra de madeira e acabamentos em resina térmica, afim de isolar termicamente o edifício. As vigas possuem até 1,15 metros de altura, o que permite vencer longos vãos e balanços (Figura 46 e 47). As peças que compõe a estrutura são pré-fabricadas e deixadas aparentes, criando uma composição estética que transmite ao usuário uma sensação de aconchego típico da madeira, já apontado no estudo de caso anterior.



Figura 40 – Estrutura e Acabamento em Madeira
Fonte: ArchDaily, 2015



Figura 41 – Estrutura e Acabamento em Madeira
Fonte: ArchDaily, 2015

5.0 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS

Quadro 01 – Síntese análise comparativa dos Projetos Referenciais

ATRIBUTO	VARIAÇÕES	PROJETOS REFERENCIAIS					
		PRISÃO DE HALDEN	PRISÃO STORSTROM	INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR AIMERIGUES	CENTRO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	CENTRO SOCIOEDUCATIVO JI-PARANÁ	ESCOLA THE PROUDHON
ESTRUTURA FÍSICA	SITUAÇÃO ATUAL	Em atividade	Em atividade	Em atividade	Em atividade	Em atividade	Em atividade
	ANO DE CONSTRUÇÃO	2010	2017	2018	2011	2016	2015
	LOCALIZAÇÃO	Justisveien -Halden	Gundslev - Dinamarca	Terrassa - Barcelona	São Caetano do Sul - Brasil	Ji-Paraná – RO	Distrito Palente - França
	METRAGEM (M²)	N/A	32.000m²	4.421m²	5.000m²	N/A	10.116m²
	PARTIDO ARQUITETÔNICO	Arquitetura Prisional	Arquitetura Prisional	Arquitetura Escolar	Arquitetura Escolar	Arquitetura Socioeducativa	Arquitetura Escolar
	AMBIENTES PROJETADOS	Quartos Individuais, cozinha, cantina, centro de visitantes, administração, área de segurança, oficina de trabalho e educação e por fim biblioteca.	Celas, Hall Social, Sala de Estar, cozinha compartilhada, oficinas e espaços de convivência	Salas de Aula, biblioteca, ginásio, banheiros externos e internos e a AMPA	Sala de Aulas e amplos espaços de conveniência e trocas	Alojamentos, Refeitório, Salas de Aula, Praça Desportiva, Pista de atletismo, Piscina, Academia, Campo de Futebol, Quadra Poliesportiva	Salas de Aula, Laboratório de Química, Sala de Marcenaria e Culinária, Salas de Artes e de Música, Ginásio, Pátios
	MATERIAIS CONSTRUTIVOS	Estrutura de Aço, Concreto e Madeira	Áreas comuns da construção possuem o estilo escandinavo, utilizando muita madeira, além de tijolos claros, concreto e aço galvanizado	Cerâmica, vidro, policarbonato celular e revestimento de pinho de cobre	Alvenaria com pintura branca, pisos em granilite, painel de madeira ecológica, caixilho de alumínio e estrutura aparente de concreto.	Estrutura de Aço e Concreto	Madeira, envoltória caixilharia de alumínio e brises móveis, com uma fibra de madeira e acabamentos em resina térmica
	CONDICIONANTES AMBIENTAIS	Considerada a prisão de segurança máxima mais humana do mundo, Interação com aspectos naturais,	Presidio mais humanizado e ressocializador, integração da prisão ao externo, entrada de iluminação natural.	Compactação, eficiência, flexibilidade e economia	Espaços de Usos Coletivos, amplos espaços de convivência e trocas	Jardins externos Conexão entre interior e exterior Cores em tons claros	Iluminação natural, Conexão interior com exterior
	ENTORNO	9 km da área urbana da cidade de Halden	100km de Copenhague (Prox. a pequenas cidades)	Loja, Bar, Farmácia, Escola e Restaurantes	Universidade Municipal, Farmácia e Concessionarias	Igreja, Mercado e Materiais p/ construção	Cinema, Academia e Museu

Após realizar a pesquisa dos projetos de referência, foi realizada a análise de forma analítica de todas as características de grandes relevâncias de institutos prisionais e educacionais, apresentados no quadro acima. Nota-se, no decorrer deste estudo, que serão implementados no partido arquitetônico da unidade de internação e no centro profissionalizante os tópicos que mais se enquadram na proposta elencada, procurando proporcionar a melhora na qualidade dos centros socioeducativos.

Foi retirado de referência do Projeto 01 a autonomia que a prisão da aos detentos através de meios que promovem a ocupação dos mesmos, como trabalhar, estudar, cozinhar sua própria refeição, criando uma rotina e gerando compromisso e responsabilidade nos mesmos. Destaca-se no Projeto 02, a organização espacial das celas que são em conjunto com a sala e a cozinha, contribuindo com a convivência entre os internos, além disso, a prisão tem o intuito de minimizar a caracterização institucional no local, visando espaços mais livre e descontraídos. O uso de materiais que necessitam de pouca manutenção também é algo muito interessante e que deve ser levado em consideração.

O Projeto 03 traz consigo quatro conceitos, sendo o volume de sua edificação compacto, eficiente, flexível e econômico, gerando um local funcional. No Projeto 04, trabalha-se com espaços de convivência, ensino e aprendizado, além de uma ampla conexão dos ambientes internos com os externos, sendo, assim, características ideais para aplicações em cases.

O Projeto 05 atende uma quantidade reduzida de internos. Com isso, é possível dar mais atenção a cada um deles. O projeto ainda dispõe de celas individuais indo contra aquilo que estamos acostumados, porém melhorando a qualidade de vida e convivência entre os internos e aniquilando o problema da superlotação. Por fim, o Projeto 06 possui, em seu plano, atividades como marcenaria, música, culinária, entre outros que vão de encontro as necessidades do projeto subsequente.

Tais projetos, exploram formas de melhorar a qualidade de vida, convivência, gerando bem-estar aos seus usuários, a partir de meios construtivos.

6.0 CONDICIONANTES DE PROJETO

6.1 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O terreno escolhido para realização deste projeto fica localizado na cidade de Várzea Grande (figura 42), no Estado de Mato Grosso, no bairro Chapéu do Sol (figura 43). Trata-se de uma região em desenvolvimento, e o uso é recente, de modo que há no entorno uma quantidade ainda reduzida de construções em andamento.



Figura 42 – Mapa de Várzea Grande
Fonte: Wikiwand, 2021.



Figura 43 – Mapa do bairro escolhido
Fonte: Google Maps, 2021 – Editado pela Autora

Importa ressaltar que a localidade abarcará os futuros *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, sendo conhecida e mencionada por membros do governo como futuro “Parque Tecnológico” da cidade.

A tendência é, portanto, de que a região se desenvolva e valorize durante os próximos anos, atraindo o estabelecimento de áreas residenciais e de comércio. Há hoje, a esparsa implantação de condomínios residenciais no território ao redor, e por causa do esperado crescimento do fluxo de pessoas nesse espaço, também é esperado que serviços como coleta de lixo e linhas de transporte público sejam implementados para atender às demandas que certamente surgirão.

6.2 USO DO SOLO E ATIVIDADES EXISTENTES

Como é possível observar na figura 44, o uso nas proximidades hoje ainda é diminuto, de modo que ainda se encontra bastante preservada a vegetação nativa da região, característica do bioma Cerrado. Portanto, atualmente há a construção *dos campus* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e esparsos condomínios residenciais, além da obra do novo Fórum da cidade de Várzea Grande.



Figura 44 – Mapa do Entorno
Fonte: Google Maps, 2021 – Editado pela Autora

6.3 INFRAESTRUTURA URBANA

6.3.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA

Há no local, sistema de encanamento de água, esgoto e drenagem mantidos pelo Departamento de Água Esgoto de Várzea Grande – DAE (figura 45), e há também rede de energia elétrica oferecida pela concessionária de energia Energisa Mato Grosso. No entanto, embora haja essa estrutura de transmissão de energia elétrica, não se observa ali a colocação de postes de iluminação pública, serviço que também deve ser estabelecido à medida que esta parte do bairro se desenvolva e surja tal demanda.

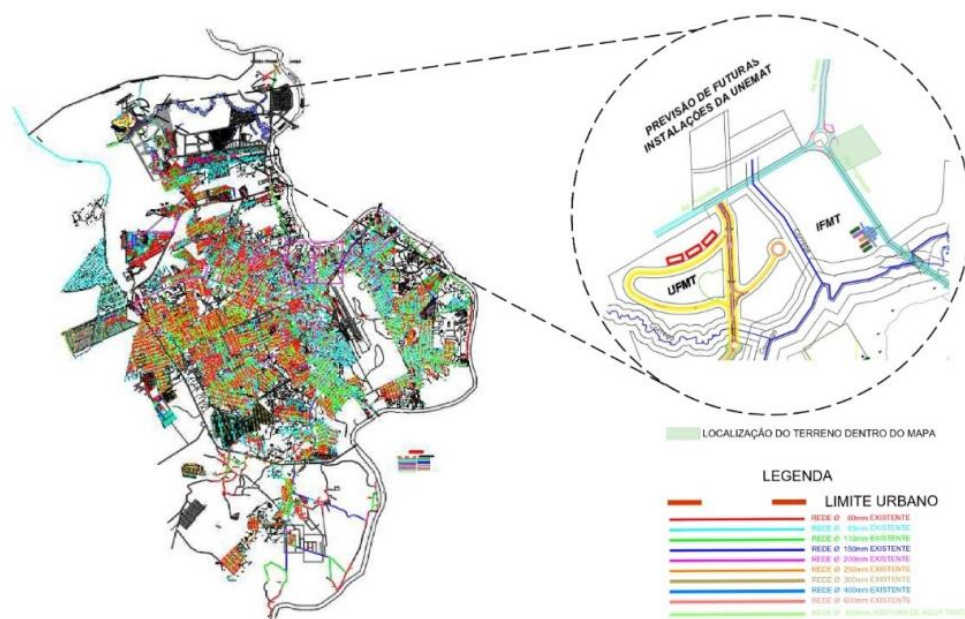


Figura 45 – Rede de Distribuição de Água
Fonte: Prefeitura de Várzea Grande, 2021 – Editado pela Autora

6.4 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Com a finalidade de observar a situação atual do terreno, verificar possíveis obras locais de infraestrutura e outras eventuais condições que possam ser registradas, foi realizado levantamento fotográfico *in loco* pela autora (figura 46,47, 48 e 49).

Por meio das fotografias é possível notar que há pavimentação asfáltica na via que dá acesso ao terreno, e que a vegetação local, que é rasteira contendo raras árvores de grande porte, própria do cerrado, está quase que totalmente preservada em sua forma nativa, tendo sido retirada em um pequeno espaço próximo à rotatória construída. Observa-se também a vista do fundo do terreno para o centro da cidade de Cuiabá, distinta pela quantidade de edifícios construídos.



Figura 46 – Vista do Terreno
Fonte: Acervo Autora, 2021.



Figura 47 – Área do Terreno
Fonte: Acervo Autora, 2021.



Figura 48 – Vegetação do Terreno
Fonte: Acervo Autora, 2021.



Figura 49 – Vista para Cuiabá
Fonte: Acervo Autora, 2021.

6.5 LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO

O terreno escolhido para o projeto tem níveis de altitude que vão de 178m a 186m (figura 50). Por se tratar de um terreno de grande extensão, a declividade acaba por não ser tão acentuada, estando em conformidade com as recomendações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE de que o terreno esteja, se possível, em uma área plana.

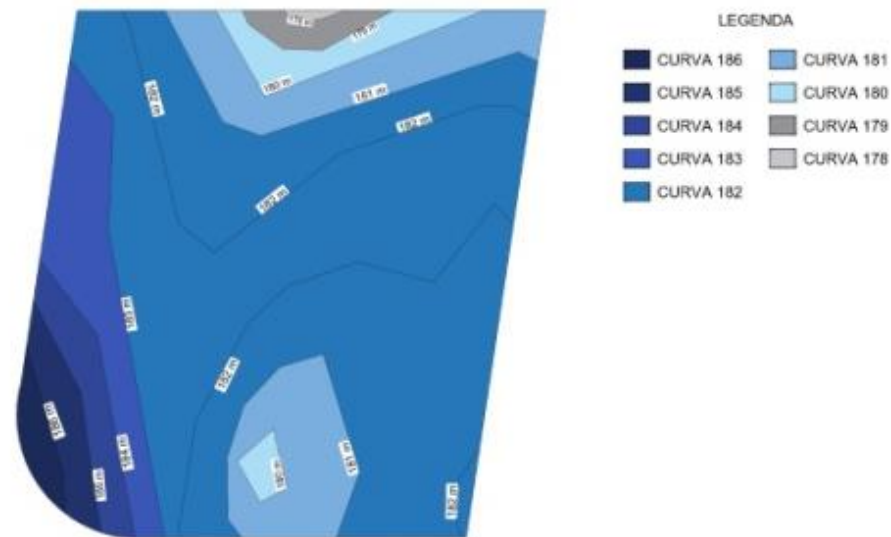


Figura 50 – Mapa planialtimétrico do terreno
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

Partindo-se do estudo planialtimétrico do local, foi possível tomar decisões para que este projeto contivesse estratégias que conformassem as edificações da melhor maneira possível dentro do terreno, e que buscassem a maior adequação às recomendações do SINASE.

6.6 MICROCLIMA

6.6.1 UMIDADE, INSOLAÇÃO, VENTOS, ACÚSTICA, FONTES DE POLUIÇÃO

Quanto ao microclima na região, segundo o *site Weather Shark*, a cidade de Várzea Grande mantém temperaturas quentes durante o ano todo, medindo entre 18 °C e 35 °C, tendo como mês mais frio o mês de julho, e o mês mais quente o de outubro. Além das altas temperaturas, também é registrada durante nove dos doze meses do ano, sendo de setembro a junho, a alta umidade do ar, que dá a sensação de abafamento durante a maior parte dos dias (figura 51).

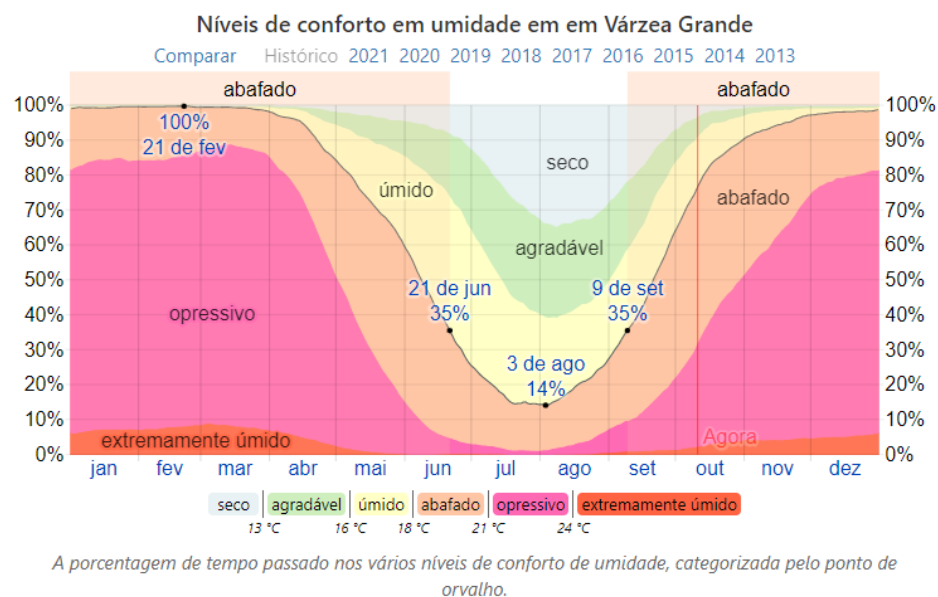


Figura 51 – Nível de umidade em Várzea Grande
Fonte: Weather Shark, 2021.

O volume de precipitação varia consideravelmente durante o período de um ano, sendo o mês mais chuvoso o mês de fevereiro, que em 2021 recebeu uma média 217mm, chovendo em 22-23 dias do mês. O mês menos chuvoso é julho, que em 2021 recebeu média de 10mm de chuva, chovendo em 2-3 dias do mês.

Na figura 52, observamos esta variação de precipitação durante o ano: foi tomado o dia mais chuvoso do ano em 11 de fevereiro, e considerando os 31 dias ao seu redor, a chuva acumulada na cidade foi de 217mm. Da mesma forma, tomou-se o dia menos chuvoso do ano em 26 de julho, e, considerando os 31 dias ao seu redor, a chuva acumulada foi de apenas 10mm. Denota-se o período de primavera/verão bastante chuvoso e o período de outono/inverno bastante seco.

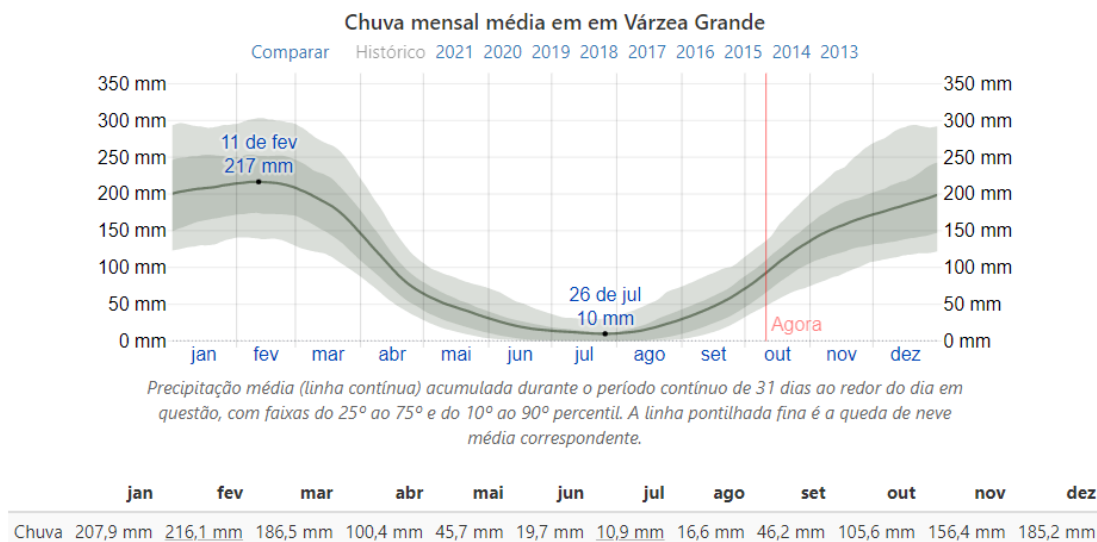


Figura 52 – Nível de Chuva em Várzea Grande
Fonte: Weather Shark, 2021.

Acerca da insolação na cidade de Várzea Grande, ainda de acordo com o site Weather Shark, a duração do dia e da noite tem variação durante o ano. Em 2021, o dia mais curto foi 20 de junho, com 11h12min de sol, e é esperado que o dia mais longo seja o dia 21 de dezembro, com 13h04min de sol.

No terreno em questão, o sol nasce ao fundo e se põe à frente do terreno, como é possível verificar na figura 53:

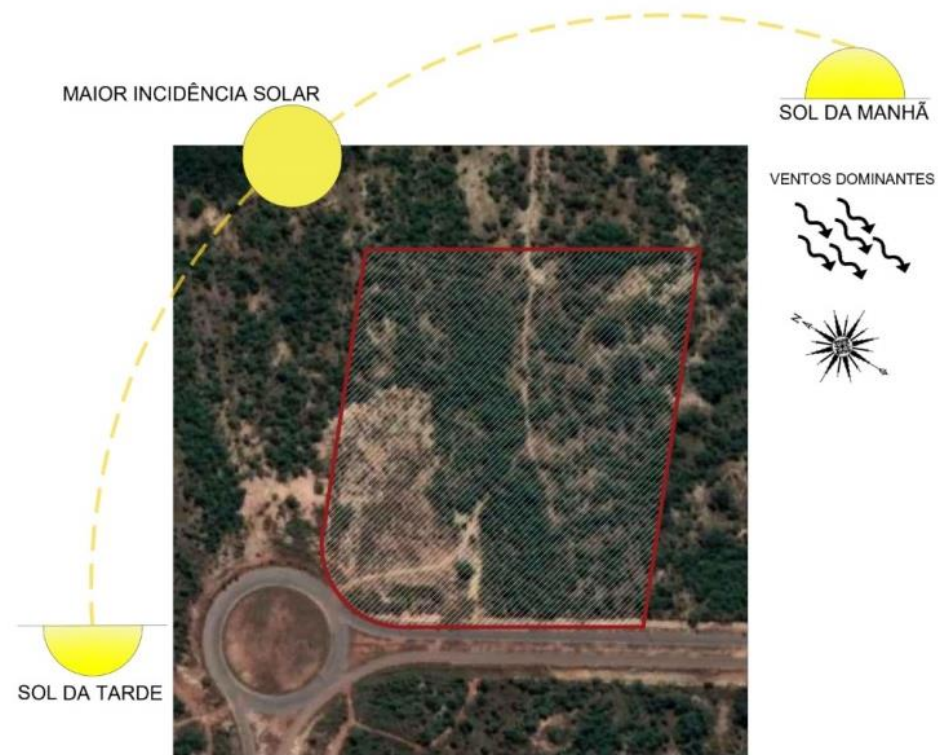


Figura 53 – Estudo da Orientação Solar
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

Quanto aos ventos no local, registra-se que o período de ventos com maior velocidade vai de meados de junho a meados de outubro, podendo alcançar as velocidades, presentes na figura 54 e que predominantemente partem do Norte.

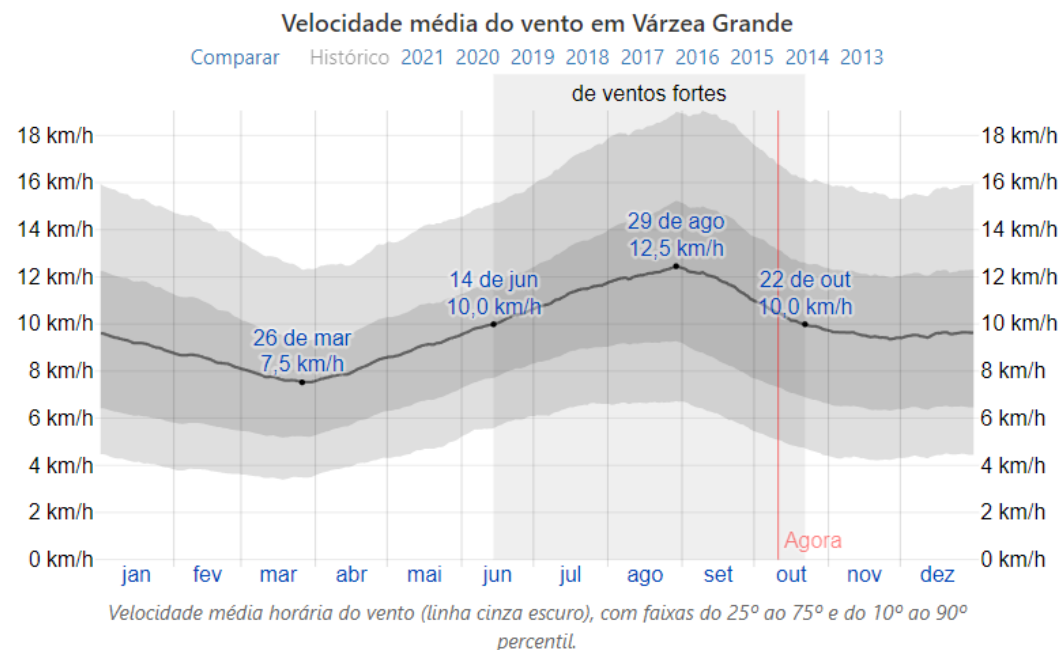


Figura 54 – Velocidade do Vento em Várzea Grande
Fonte: Weather Shark, 2021.

A frente do terreno é voltada ao oeste-sudoeste e, portanto, os ventos dominantes seguem a direção partindo dos fundos do terreno em direção à frente. No tocante a fatores poluentes, não se nota no momento fontes importantes de poluição nas proximidades do local de projeto, uma vez que não há o estabelecimento contundente de residências, áreas de comércio, indústria, não há tráfego intenso de veículos ou construções que mereçam destaque como poluidores.

6.7 ASPECTOS FUNCIONAIS

6.7.1 RELAÇÕES FUNCIONAIS E MORFOLOGICAS ENTRE OS EDIFÍCIOS E O TECIDO URBANO DE SUPORTE

Por se tratar de uma zona urbana em desenvolvimento, na qual se espera um crescimento no número de edifícios e de circulação de pessoas nos próximos meses e anos, é evidente que os edifícios hoje na localidade são reduzidos e esparsos.

Há expectativa, em ambos governo e população, de que aquele território se torne um “Parque Tecnológico”, com *campi* de instituições de ensino e outras organizações voltadas à profissionalização, o que deve atrair o interesse do mercado imobiliário em estabelecer áreas residenciais, e deve fomentar o alcance de sistemas de infraestrutura, como linhas de transporte público e coleta de lixo, por exemplo.

6.7.2 HIERARQUIZAÇÃO E DIFERENTES FLUXOS DE PESSOAS, VEÍCULOS E MATERIAIS, INTERNOS E EXTERNOS

O acesso ao terreno se dá por meio de uma via pública coletora de PGM 18, como mostra a figura (55) a baixo. Reitera-se que o fluxo atual de pedestres e veículos no local é reduzido, tendo em vista as escassas edificações, estando a maioria ainda em fase de construção.

É esperado que com a inauguração dos institutos que se pretende para a região, a população em geral passe a circular nesta área com mais frequência, aumentando consideravelmente o tráfego de veículos e de pedestres. Na figura abaixo, observa-se o terreno anexo à via coletora e também é possível depreender que não há presença de outras vias que façam a interligação da região às outras partes da cidade, nem mesmo há vias locais, uma vez que não há ali uma demanda de tráfego consistente.

Esta única via coletora dá acesso a uma via principal, a Av. Chapéu do Sol, que por sua vez, permeia o bairro Chapéu do Sol e o liga a outros bairros da cidade e a vias arteriais, sendo a Rodovia Mário Andreazza e à Estrada da Passagem da Conceição.

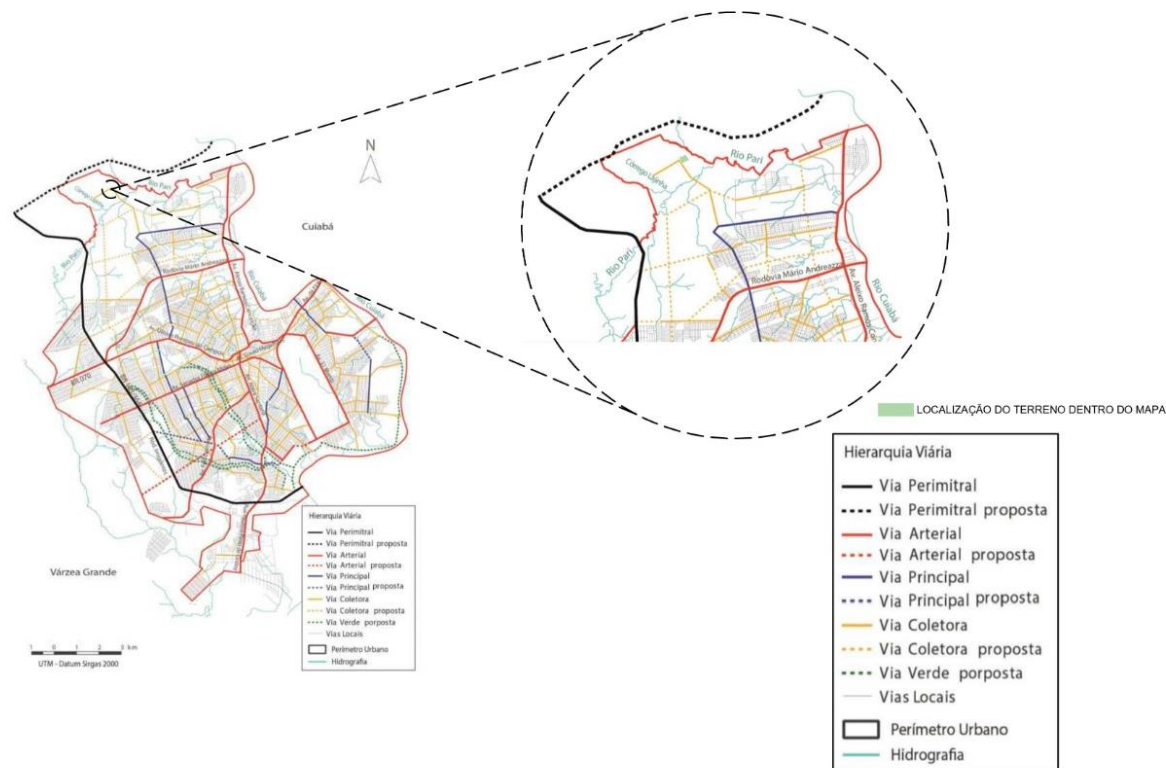


Figura 55 – Mapa de Hierarquização Viária
Fonte: Prefeitura de Várzea Grande, 2021 – Editado pela Autora

A demanda de tráfego que o centro socioeducativo geraria, considerando que a instituição é pensada para atendimento de até 75 internos, é do fluxo de veículos de visitantes e familiares, do fluxo de entrada e saída dos trabalhadores da instituição, que incluem educadores, guardas, pessoal administrativo, e funcionários encarregados da manutenção, e do fluxo de serviços a serem prestados à instituição, que incluem a carga e descarga de material e mantimentos.

7.0 PROPOSTA PROJETUAL

7.1 PÚBLICO ALVO

Este projeto é pensado ao atendimento de adolescentes e jovens que tenham cometido atos infracionais, de faixa etária 12 a 18 anos. Sabe-se que jovens nessa condição se encontram, muitas vezes, sem uma estrutura familiar de apoio, por vezes tendo interrompido estudos e não inseridos no mercado de trabalho, e, portanto, carentes de estruturas sociais que o façam se integrar a grupos, sejam de trabalho, de escola, familiar ou mesmo religioso.

Ainda há o fato de que estes adolescentes, passando por um período de internação e/ou de recuperação, sofrem a estigmatização da sociedade, que lança olhares que marginalizam e que não contribuem à reinserção desse jovem na sociedade, além de receberem atendimento no Brasil em instituições cuja condição está quase sempre precária e ineficaz.

7.2 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE

Para o desenvolvimento do projeto arquitetônico, foram consideradas as legislações pertinentes referentes ao uso e ocupação do solo do município de Várzea Grande. O local proposto segundo a lei complementar nº4.700/2021 de Várzea Grande –MT, onde “Disciplina o uso e ocupação do solo no Município de Várzea Grande”, o terreno escolhido encontra-se em uma Zona de Uso Múltiplo (ZUM), onde há à integração de usos múltiplos, respeitando a compatibilidade do uso residencial com os demais usos, considerando os impactos pelo porte e incomodidade, de forma a evitar conflitos, essa zona se subdivide em três, sendo o terreno pertencente a terceira, “Zona de Uso Múltiplo 3 – ZUM 3, que de acordo com a Lei 4.700/2021 estabelece os usos como:

III - Zona de Uso Múltiplo 3 (ZUM 3) - corresponde ao entorno da Zona de Uso Múltiplo I, região de ocupação urbana em consolidação, onde deve ser incentivada a dinamização, mediante a aplicação de novos modelos de ocupação, com planejamento ordenado, incluindo a flexibilização de usos e a oferta de infraestrutura adequada. (Lei 4.700/2021).

Os índices urbanísticos estabelecidos por Lei, disposto no anexo VI, são os seguintes apresentados na tabela 04:

Zonas Urbanas ou Corredores de Tráfego ^{(2) (3)}	Fração mínima do Lote (m ²)	Frente mínima do lote (m)	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Cob. Vegetal Paisagística (%)	Taxa de Cobertura Arbórea (%)	Taxa de Permeabilidade mínima (%)	Coefficiente de Aproveitamento Básico	Coefficiente de Aproveitamento Máximo ⁽⁴⁾
Zona Central – ZC	180	6	70	20	5	25	2,00	4,00
Zona de Subcentro – ZSC	180	6	70	20	5	25	1,00	2,00
Zona de Uso Múltiplo 1 – ZUM 1	180	6	50	20	5	25	1,00	1,50
Zona de Uso Múltiplo 2 – ZUM 2	180	6	70	20	5	25	1,50	3,00
Zona de Uso Múltiplo 3 – ZUM 3	180	6	65	20	5	25	1,00	2,00

Tabela 04 – Índices Urbanísticos

Fonte: Prefeitura de Várzea Grande, 2021 – Editado pela Autora.

7.2.1 CLASSIFICAÇÃO DE USO

O Centro Socioeducativo se enquadra na categoria de Alto Impacto Não Segregável, referindo-se a “cadeias e albergues para reeducando”. A Lei nº 4.700/2021, define alto impacto não segregável, como atividade e/ou empreendimento, que apesar de seu caráter impactante podem ser implantados em localidade próximas a outros usos e atividades, desde que submetidos a condições especiais.

7.2.2 RESERVATÓRIO DE ÁGUA

Para dimensionar o reservatório de água foi utilizado a NBR 5626 para a classificação da edificação e o consumo diário (litros/dia) necessário. Conseqüentemente, para uso de um empreendimento socioeducativo é considerável usar um consumo médio diário de 150 litros por adolescente.

- 72 Adolescentes
- 150 Litros

$72 \times 150 = 10.800$ litros

10.800×2 dias de consumo = 21.600 litros

-Reservatório Inferior: $\frac{3}{5}$ do total = 60%

$21.600 \times 0,6 = 12.960$ litros

-Reservatório Superior: $\frac{2}{5}$ do total = 40%

$21.600 \times 0,4 = 8.640$ litros

- Reserva de Incêndio

$V = Q \times T$

$V = (100 + 100) \times 60$

$V = 24.000$ litros

7.2.3 VAGAS DE ESTACIONAMENTO

Para o cálculo do número de vagas de estacionamento a serem incluídas no projeto, considerou-se o estabelecido na Lei Municipal (de Várzea Grande) n. 4698/2021 – Código Municipal de Obras e Edificações, de uma vaga de estacionamento a cada 50m^2 de construção, caso a atividade seja de “Educação média, de formação geral, profissionalizante ou técnica e supletiva”.

7.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Diante das circunstâncias apresentadas acerca da população-alvo e considerando a importante função de um centro socioeducativo na recuperação de adolescentes infratores, foi elaborado programa de necessidades, de modo a acomodar os setores de forma eficiente.

O prédio principal abarca os setores: administrativo (tabela 05), que inclui uma e salas para direção, reuniões, administração, socio educadores, e para apoio técnico; setor de cadastramento de visitas (tabela 06), com recepção, áreas de cadastramento, e áreas de atendimento especializado; setor de guarda interna (tabela 07), contendo alojamentos, salas de armas, de monitoramento e de treinamento voltados aos trabalhadores com função de guarda; e setor de saúde (tabela 08), que inclui salas para diversos tipos de atendimento clínico.

ADMINISTRATIVO			
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA
Recepção	Local de Atendimento e Informação	01	11,75m ²
Espera	Sala de aguardo ao Atendimento	01	33,60m ²
Banheiro (Fem. e Masc.)	-	02	14,10m ²
Sala da Direção	-	01	50,00m ²
Sala de Reunião	Local para discussões importante	01	45,00m ²
Sala da Administração	Trabalho Técnico Individual ou de grupos específicos de funcionários	01	95,00m ²
Sala dos Socio educadores	Local de trabalho técnico e descanso	01	50,00m ²
Sala de Apoio Técnico/ TI	Local de	01	45,00m ²
Arquivo	Guarda de Arquivos	01	10,00m ²
Almoxarifado	Guarda de Materiais	01	11,75m ²
Copa	Local de Refeição e Descanso	01	50,00m ²
DML	Depósito de Material de Limpeza	01	5,65m ²
TOTAL:			421,85m²

Tabela 05 – Programa de Necessidades – Setor Administrativo
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

CADASTRAMENTO E VISITA			
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA
Recepção	Local de Atendimento e Informação	01	12,00m ²
Espera	Sala de aguardo ao Atendimento	01	45,00m ²
Cadastramento/Revista	Local de primeiro acesso do interno para adentrar o centro	01	40,00m ²
Guarda Pertences (Internos)	Guarda de objetos dos adolescentes, durante o período de internação	01	17,00m ²
Banheiro/Vestiário	-	01	27,50m ²
Sala de Atendimento Individual	Espaço destinado a atendimentos específicos	02	27,50m ²
Guarda Pertences (Visita)	Guarda de objetos durante o período de visita	01	16,15m ²
Revista Femin. / Masc.	Espaço destinado a inspeção de visitantes	01	35,00m ²
Sala de Aconselhamento Familiar	Espaço destinado a atendimentos específicos envolvendo o núcleo familiar	02	27,50m ²
Assistente Social	-	01	28,20m ²
Assistência Jurídica	-	01	28,20m ²
Sala de Visitas Coletiva	-	01	90,00m ²
TOTAL:			394,05m²

Tabela 06 – Programa de Necessidades – Setor de Cadastramento e Visita
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

GUARDA INTERNA			
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA
Alojamento Masc.	-	01	28,20m ²
Alojamento Femin.	-	01	28,20m ²
Vestiário (Femin. / Masc./PNE)	-	04	90,00m ²
Área de Descanso	-	02	56,40m ²
Sala de Armas	Local destinado ao armazenamento de armas	01	28,20m ²

	Sala de Monitoramento/Câmeras	-	01	65,00m ²
	Sala de Treinamento	-	01	28,00m ²
	Sala Diretor	-	01	28,20m ²
	Copa	Local de Refeição e Descanso	01	45,00m ²
	DML	Depósito de Material de Limpeza	01	6,80m ²
TOTAL:				404,00m²

Tabela 07 – Programa de Necessidades – Setor de Guarda
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

SAÚDE				
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA	
Recepção	Local de Atendimento e Informação	01	11,00m ²	
Espera	Sala de aguardo ao Atendimento	01	35,00m ²	
Banheiros (Femin. / Masc./PNE)	-	02	28,20m ²	
Sala de Pronto Atendimento	Atendimento Clínico	01	25,00m ²	
Sala Clínico Geral	Atendimento Clínico	01	25,00m ²	
Sala de Curativo e Sutura	Atendimento Clínico	01	25,00m ²	
Sala Psicológica	Atendimento Clínico	01	28,00m ²	
Sala Odontológica	Atendimento Clínico	01	55,00m ²	
Sala de Terapia Coletiva	Atendimento Clínico	02	100,00m ²	
Copa	Local de Refeição e Descanso	01	20,00m ²	
Sala de Descanso	-	01	19,50m ²	
Banheiros/Vestiário Funcionários	-	04	25,00m ²	
Arquivo Médico	Armazenamento de Arquivos Clínicos	01	4,50m ²	
Guarda de Macas e Cadeira de Rodas	-	01	4,70m ²	
DML	-	01	5,65m ²	
TOTAL:				366,55m²

Tabela 08 – Programa de Necessidades – Setor de Saúde
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

O prédio destinado à moradia abarca o setor de serviços (tabela 09), contendo espaços ligados à guarda e manipulação de alimentos, roupas e produtos de limpeza; e o setor de moradia (tabela 10), propriamente dito, contendo quartos, banheiros e área de convívio.

SERVIÇO			
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA
Refeitório	Local destinado a refeição	01	385,00m ²
Cozinha	Preparo da refeição	01	35,00m ²
Despensa de Alimentos	Armazenamento de mantimentos	01	5,50m ²
Câmara Fria	Armazenamento de mantimentos	01	5,05m ²
Higienização e Conferência de Mercadorias	-	01	4,80m ²
Depósito de Caixas	Armazenamento de mantimentos	01	8,00m ²
Depósito de Louça Limpa	Armazenamento de Louças Limpas	01	6,00m ²
Limpeza de Pratos	Espaço destinado p/ lavagem de louça	01	15,00m ²
Lavagem/Secagem – Roupas Gerais	-	01	12,45m ²
Depósito Rouparia	-	01	6,50m ²
Vestiário Func. (Femin. /Masc.)	-		8,00m ²
DML (Cozinha e Lavanderia)	Depósito para Material de Limpeza	02	8,40m ²
Banheiro Internos (Femin. / Masc. / PNE)	-	04	29,40m ²
TOTAL:			529,10m²

Tabela 09 – Programa de Necessidades – Setor de Serviço
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

MORADIA				
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA	
Quarto Individual	Quarto p/ interno com uma cama	24	270,00m ²	
Quarto Duplo	Quarto p/ interno com duas camas	24	270,00m ²	
Banheiro Compartilhado	-	24	210,00m ²	
Área de Convívio	Espaço de Lazer	04	320,00m ²	
Sala Socio educadores	Local p/ socio educadores, em situação de monitoramento interno	02	80,00m ²	
Posto Policial	Local voltado p/ policias, em situação de monitoramento interno	02	40,00m ²	
TOTAL:			1.190,00m²	

Tabela 10 – Programa de Necessidades – Setor de Moradia
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

Para satisfazer a essencial necessidade educadora e profissionalizante do Centro, há a previsão do setor pedagógico (tabela 11), que abrange diversas salas de aula, sala de estudo, biblioteca, auditório, espaços para atividades e oficinas de profissionalização, e salas para a direção e professores.

PEDAGÓGICO				
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA	
Sala de Aula	Espaços destinado a atividades pedagógicas	06	35,00	
Sala de Estudo	Espaços destinado a atividades pedagógicas	01	40,00	
Sala Multifuncional/Oficina	Espaços destinado a atividades pedagógicas/profissionalizantes	01	100,00	
Sala de Informática	-	01	35,00	
Sala de Música	-	01	42,00	
Sala Multimídia	-	01	35,00	

Auditório	Espaços destinado a apresentações/palestras (eventos que envolva todos os internos)	01	205,00
Biblioteca	Espaços destinado a atividades pedagógicas	01	70,00
Banheiro (PNE, Femin. e Masc.)	-	02	72,00
Sala de Culinária/ Panificação	Espaços destinado a atividades Profissionalizantes	01	100,00
Sala de Mecânica/Mecatrônica	Espaços destinado a atividades Profissionalizantes	01	100,00
Marcenaria	Espaços destinado a atividades Profissionalizantes	01	100,00
Secretária/Espera	Local de Atendimento e Informação	01	50,00
Sala da Direção	-	01	20,00
Sala dos Professores	-	01	40,00
Copa	Local de Refeição e Descanso	1	20,00
Banheiro Funcionários (Femin. Masc.)	-	02	10,00
Almoxarifado	-	01	5,60
Depósito	Depósito destinado a materiais escolares	01	14,00
DML	Depósito de Material de Limpeza	01	6,00
TOTAL:			1.099,60m²

Tabela 11 – Programa de Necessidades – Setor Pedagógico
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

O projeto inclui uma capela, destinada à prática religiosa (tabela 12).

CAPELA				
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA	
Nave	-	01	41,70	
Espaço de Contemplação	-	01	16,50	
TOTAL:			177,80m²	

Tabela 12 – Programa de Necessidades – Capela
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

Há ainda a previsão de uma área de lazer e esporte, com quadra poliesportiva, campo de futebol, piscina, além de academia ao ar livre e pátios de convívio e contemplação (tabela 13).

CONVÍVIO, LAZER E ESPORTE			
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA
Pátios Externos	Espaços de convívio e contemplação	01	3.242,03
Campo de Futebol	-	01	847,00
Quadra Poliesportiva	-	01	364,00
Piscina	-	01	312,50
Academia ao Ar Livre	-	01	682,42
TOTAL:	-		

Tabela 13 – Programa de Necessidades – Área de Convívio, Lazer e Esporte
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

O estacionamento baseia-se na Lei, gerando uma necessidade de 128 vagas total (tabela 14).

ESTACIONAMENTO			
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	QTD.	ÁREA
Vagas p/ Público Geral	1 vaga p/ 50m ²	121	-
Vagas PNE, Idosos e Gestantes	5% do total de vagas	07	-

Tabela 14 – Programa de Necessidades – Estacionamento
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

7.4 ORGANOGRAMA/FLUXOGRAMA

O organograma demonstra a ideia do funcionamento do Centro Socioeducativo e do fluxo de materiais e pessoas por setor, dentro do edifício. Abaixo, na figura 56 observa-se que há uma entrada principal, na qual há uma guarita, por onde as pessoas chegarão à instituição e poderão utilizar as vagas de estacionamento.

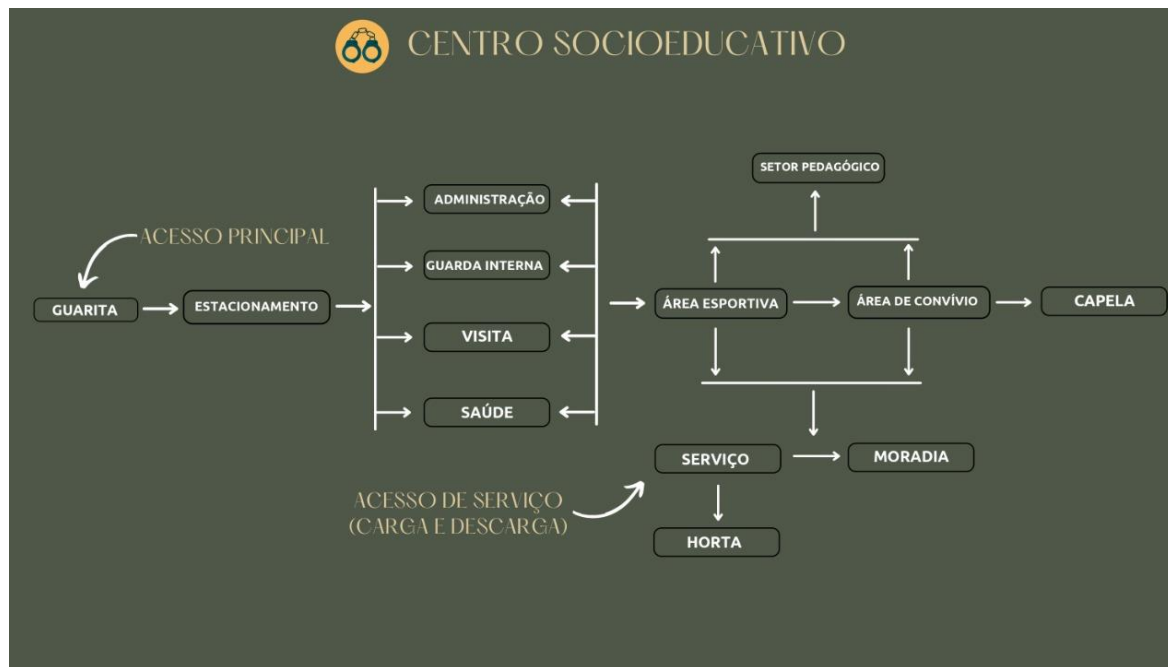


Figura 56 – Fluxograma
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

O estacionamento dá acesso ao prédio principal, onde estarão os setores de administração da organização, bem como um setor destinado aos trabalhadores que fazem a guarda, incluindo alojamento e setor de vigilância por câmeras de segurança; espaço para entrada e cadastro de visitantes, e ainda um espaço de promoção de saúde, que servirá aos cuidados médicos.

Partindo do prédio principal, é possível acessar a área esportiva, que por sua vez permite que os indivíduos acessem a área de convívio, o edifício designado à moradia, e o bloco de uso com os trabalhos pedagógicos.

O prédio de moradia abriga o refeitório dos internos, cozinha e despensa, e por este motivo, conta com um acesso de serviço, para facilitação da carga e descarga de material. Também, é por aqui que se chega até a horta da instituição.

A área de convívio, conta com espaços para contemplação e lazer, assim como a área esportiva, tem acesso ao setor pedagógico e ao setor de moradia. Há ainda, partindo da área de convívio, a construção da capela, está com o propósito de servir a práticas religiosas ou de ligação pessoal com a divindade.

7.5 PROCESSO DE PROJETO

7.5.1 SISTEMA CONSTRUTIVO ESTRUTURAL

Para que a construção tenha mais flexibilidade, agilidade e eficiência, optou-se pelo sistema construtivo modular (Figura 57 e 58). A principal matéria a ser utilizada é o aço, que por ser um material sustentável, a construção irá gerar poucos resíduos, chegando a acarretar impactos mínimos ao meio ambiente. Visto que, a sustentabilidade é explícita por ser um processo renovável e com uma estrutura de fácil montagem, faz-se possível a reutilização futura dos materiais para outros atos. Dentre as vantagens desse sistema, se encontra a:

- Agilidade
- Economia e Precisão Orçamentária
- Limpeza e Conservação
- Precisão
- Sustentabilidade
- Transporte

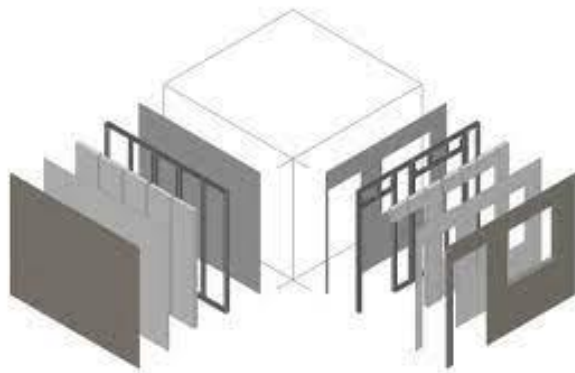


Figura 57 – Estrutura Modular
Fonte: Google Imagens, 2021.

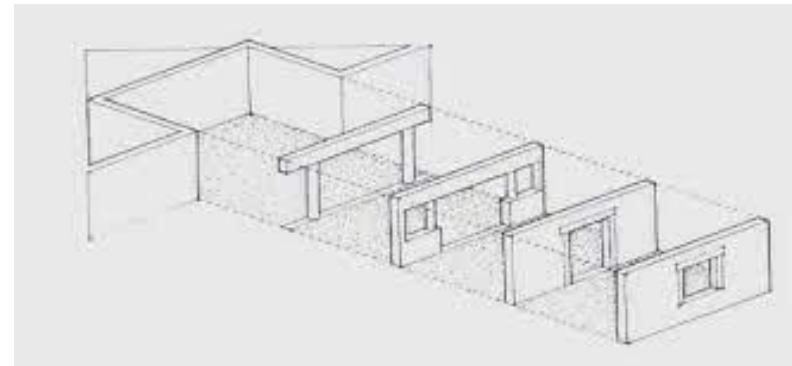


Figura 58 – Esquematização Estrutura Modular
Fonte: Google Imagens, 2021.

Mediante o exposto, a construção modular apresenta uma vantagem inegavelmente incrível, chegando a revolucionar o setor de construção, sejam elas no prazo de entrega, no financeiro e o mais importante na prevenção do meio ambiente, fator esse que vem sendo nos últimos anos de grande importância.

7.5.2 FORRO

O forro de drywall é feito com grandes placas de gesso envolta por papel acartonado (figura 59 e 60). Dentre as vantagens da utilização desse forro, se encontra a rapidez na instalação, além de simples e fácil, não gera muita sujeira. Outra vantagem, é um melhor controle de temperatura e um bom isolamento acústico. Além disso, há a facilidade de manutenção e instalação das partes hidráulicas, elétricas e equipamentos diversos de som e ar.



Figura 59 – Instalação de Gesso Acartonado
Fonte: Google Imagens, 2021.



Figura 60 – Aplicação do Forro
Fonte: Google Imagens, 2021.

7.5.3 PISO VINÍLICO

Acessível em formato de régua, placas ou mantas, esses pisos, possuem uma vasta variedade de cores e estampas, possibilitando a criação de diferentes ambientes, influenciando de forma positiva no aprendizado, por este motivo, tal piso é muito utilizado em ambientes escolares e aprendizado (figura 61 e 62).

Dentre os benefícios, a durabilidade é um deles, levando em consideração que existem pisos adequados para cada tipo de ambiente e que variam dependendo do grau de tráfego no local, podendo variar de leve a intenso. Além desse, outro ponto positivo é a facilidade de manutenção e a segurança.



Figura 61 – Aplicação do Piso Vinílico
Fonte: Google Imagens, 2021.



Figura 62 – Piso Vinílico em ambientes escolares
Fonte: Google Imagens, 2021.

7.5.4 TELHA METÁLICA TRAPEZOIDAL

Muito utilizada em residências, indústrias, comércio e prédio, as telhas metálicas trapezoidal (figura 63) passam por um processo de galvanização e zincagem, para garantia da proteção da cobertura contra a corrosão atmosférica, aumentando sua durabilidade.

Além de muito resistente, a telha, possui um material leve, que reflete o calor e oferece um longo período de durabilidade. Com tudo, ainda possuem um excelente sistema termo isolante, capaz de deixar o ambiente onde está inserida, com uma temperatura mais agradável.

As vantagens da utilização dessa telha variam desde a resistência, até a economia, com a diminuição dos gastos com entulhos, a possibilidade de reaproveitar materiais, gerando assim, uma consciência ambiental.

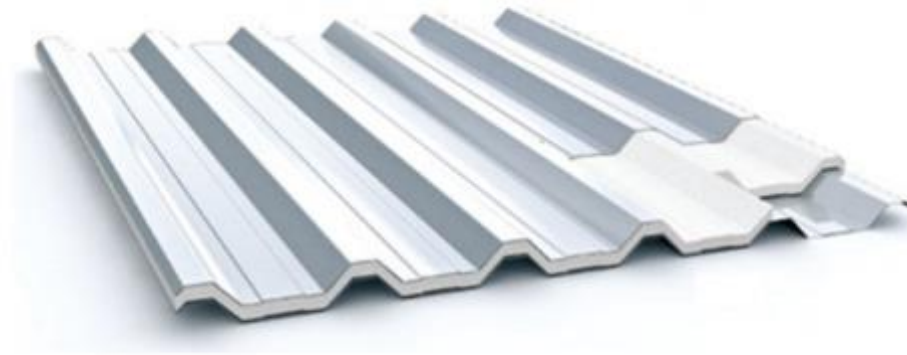


Figura 63 – Telha Metálica Trapezoidal
Fonte: Google Imagens, 2021.

7.6 DIRETRIZES DE PROJETO/EIXOS ESTRÁTEGICOS

7.6.1 PARTIDO ARQUITETÔNICO

Preliminarmente à elaboração do projeto arquitetônico e das plantas, e da adoção das técnicas que tornam os ambientes confortáveis e funcionais, e das técnicas de solução de problemas às quais a Arquitetura se dedica, é necessário um estudo das necessidades, da população a ser atendida naquele ambiente, do tipo de serviço a que se prestará cada parte da construção e o pensamento voltado ao bem-estar de quem utilizará o espaço.

Os ambientes em questão atenderão e servirão à internação e recuperação de jovens infratores. Trata-se de uma população de características delicadas, uma vez que esta é estigmatizada e marginalizada pela sociedade e que muitas vezes vêm de um histórico de falta estrutura e apoio familiar, nem mesmo está ligada à escola ou ao trabalho, ou a algo que se assemelhe a uma divindade, ou a outro grupo com o qual se identifique e tenha relações saudáveis.

Esta falta de estruturas deixa o jovem vulnerável, mais ainda por se tratar de um ser humano não totalmente formado, e quando e se ele comete um ato infracional, necessita de uma reestruturação, um ambiente que dê sentido e eixos à vida deste adolescente, que é o que pode garantir a sua recuperação e reinserção nos grupos da sociedade. É evidente que os espaços de internação hoje no Brasil não representam o modo ideal de se fazer essa recuperação, e que o que acaba acontecendo em muitos casos é a relegação dos jovens infratores aos espaços mais insalubres e à margem, que não garantem um atendimento eficaz.

Contudo, assim como houve a evolução do estatuto da Criança e do Adolescente e das políticas de atendimento ao jovem infrator para que haja um tratamento mais humanizado, também neste projeto se busca apresentar uma estrutura de um Centro Socioeducativo de internação que ofereça atendimento de qualidade e que seja capaz de recuperar o interno. O cerne do pensamento deste trabalho é dar sentido à vida destes jovens.

Utilizando-se de quatro principais pilares, este projeto foi elaborado para oferecer sentido, apoio e estrutura à vida destes jovens. São eles: o trabalho; Deus, ou a ideia de divindade; a família; e o amor-próprio.

- O pilar do trabalho carrega as ideias da atividade laboral, do estudo profissionalizante, e da atividade lúdica.

- O pilar que fala sobre Deus, ou divindade, traz a ideia de religião, de contemplação, de meditação, reflexão, e de conexão com a natureza ou algo maior.
- O pilar família traz a ideia de casa, ou lar, e do ato de se fazer as refeições, a higiene do corpo e da mente, e do descanso.
- O pilar amor-próprio é aquele que abarca a saúde do corpo físico e a saúde psíquica, o bem-estar.

Considerou-se para este trabalho esses quatro itens, como pilares dos quais o ser humano se utiliza para que sua vida tenha sentido, que ele busque dentro de si a força necessária e tenha vontade de continuar vivendo, ou mesmo de buscar felicidade e mudança para melhor. Sendo assim, o projeto foi pensado para oferecer a esses jovens esses pilares, esse apoio para que tenham condições de se desenvolver de forma saudável e de se reinserir na sociedade recuperados e com potencial de serem seres humanos transformadores de si e do mundo.

7.6.2 PROPOSTA CONCEITUAL PRELIMINAR

Para efetivação desta ideia conceitual de trazer sentido à vida dos adolescentes, os edifícios estão projetados de modo que a área de contemplação e lazer seja circundada pelos quatro edifícios, que por si representam a moradia, o trabalho, a saúde física e mental, e a religiosidade, ou a religião com o divino.

O edifício principal tem o condão de satisfazer as necessidades do pilar amor-próprio, vez que este contém os espaços destinados ao cuidado do corpo físico e mental, e traz em si o setor de visitantes, muito necessários para a manutenção do bem-estar dos internos.

Esse mesmo edifício ainda abarca salas voltadas ao aconselhamento familiar, à assistência social e à assistência jurídica, o que traz uma completude de serviços oferecidos à plena recuperação dos jovens.

O bloco pedagógico serve ao pilar do trabalho, onde os internos terão acesso a salas de aula, auditório, biblioteca, que trarão a vivência de uma rotina escolar e garantirão sua formação, e ainda às oficinas profissionalizantes, que trazem a possibilidade de aprender um ofício, o que traz uma melhor perspectiva sobre a saída desse adolescente do internato e sua inserção no mercado de trabalho. Para o desenvolvimento satisfatório das potencialidades de cada indivíduo, neste bloco foram projetadas salas de música, de informática, de marcenaria, de mecânica e de culinária.

O bloco destinado à moradia perfaz as necessidades descritas no pilar família. Aqui foi-se pensado na satisfação de demandas físicas e na ideia de conforto físico e psíquico proporcionado pelo lar e pela convivência familiar. Terão acesso aos dormitórios e refeitório, que carregam os propósitos da nutrição e do descanso, e ainda à área de convívio interna, pensada para uma aproximação a um ambiente de convivência saudável.

O pilar relacionado a Deus, ou divindade, é materializado pela quarta edificação, que é a capela. O ser humano não só se utiliza, como também carece de uma ligação com um ser transcendental, ou uma força maior, que explique e dê sentido às dificuldades e que evoque a ideia de esperança em um futuro mais feliz. Aqui a capela oferece não só um espaço de práticas religiosas, mas também um espaço de contemplação, reflexão e meditação, que pode trazer o reparo interior, espiritual aos usuários.

Por fim, o projeto apresenta a área esportiva, de lazer e convívio, com quadra, campo e piscina, que fica ao centro do terreno escolhido e dá acesso aos quatro edifícios descritos, pois está circundada por eles. Há neste ponto a ideia de que os quatro pilares que dão sentido à vida humana estejam presentes, perfaçam o cotidiano durante a estada na instituição e auxiliem na recuperação do adolescente internado.

8.0 ENSAIOS GRÁFICOS

8.1 IMPLANTAÇÃO

Na figura (64) a baixo, vemos a conformação dos edifícios dentro do terreno. O acesso (1) de quem chega pela via pública é permitido por uma guarita (2), que permite acesso ao estacionamento (13). O primeiro bloco, a que o visitante tem acesso é o administrativo (3), e este, por sua vez, dá acesso à área esportiva (7). Onde, pode se chegar no bloco de moradia (5), ao bloco educacional (4) e à praça de contemplação (8).

Nesta figura, também se observa ao fundo do terreno a capela (6) e uma pista de caminhada (10) que circunda os edifícios e que possui em sua extensão academias ao ar livre (9). Além disso, verifica-se ao número 12 um acesso de carga e descarga que vai diretamente da guarita ao bloco de moradia/serviço e ao número 11, uma horta institucional, próxima ao setor de serviço, adotando uma dinâmica funcional.

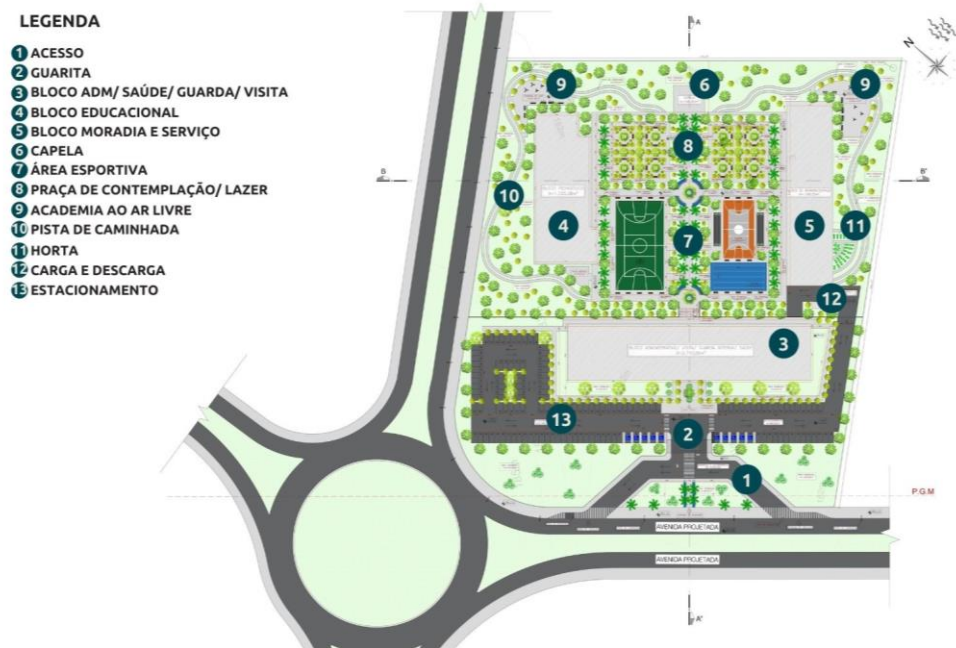


Figura 64 – Implantação
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021

8.2. EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, SAÚDE E GUARDA INTERNA

Na figura 65, é possível notar a planta baixa do térreo, do bloco administrativo. Este pavimento abriga o setor de cadastramento de internos e de visitas, em verde, e o setor voltado aos trabalhadores da guarda interna, em roxo. A área de cadastramento e visitas abrange ainda, além da recepção, salas de atendimento individual, assistência social e assistência jurídica, e espaços para aconselhamento familiar e sala coletiva de visitas. O setor de guarda interna abarca um alojamento, sala para guarda de armas, e salas de monitoramento por câmeras e de treinamento. Este bloco, o principal, possui um hall que liga a entrada pelo estacionamento, e o acesso à área interna de esporte e lazer. Nele o acesso ao primeiro pavimento é feito por escada e elevador.

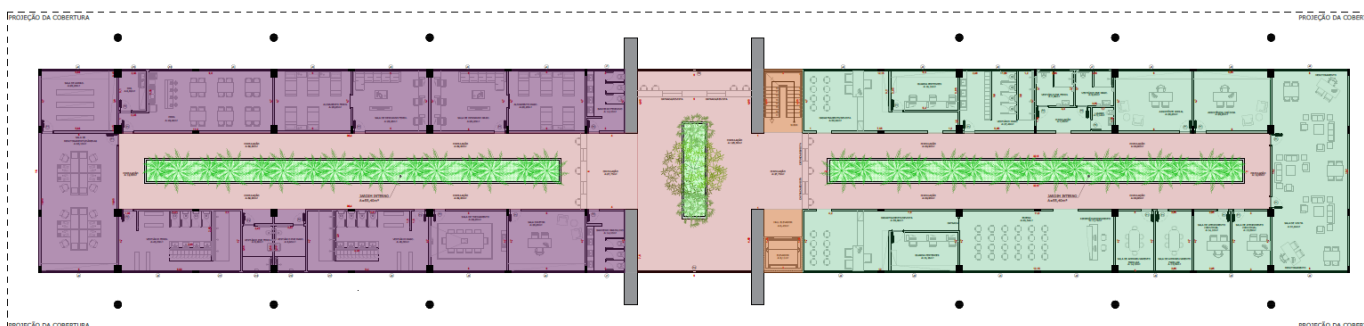
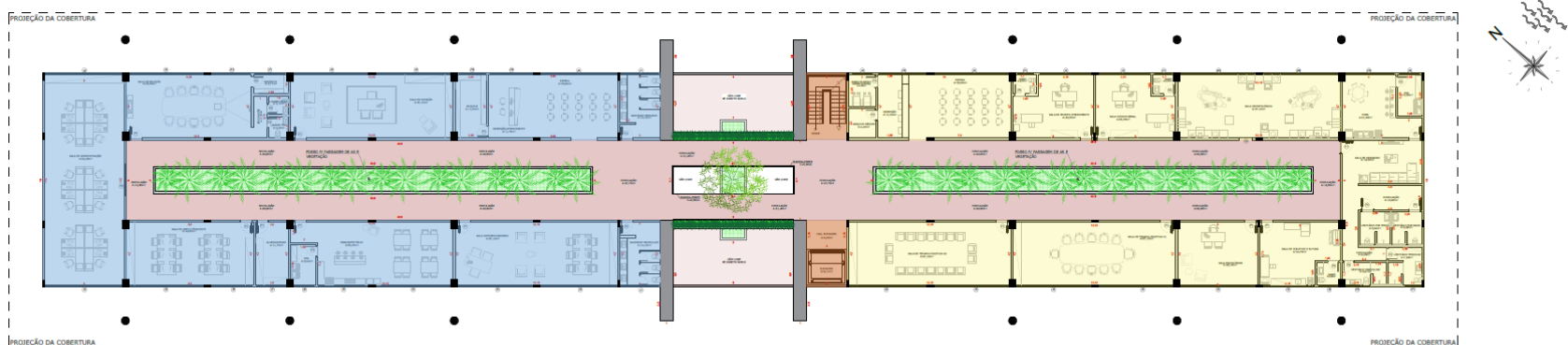


Figura 65 – Planta Baixa Setorializada - Térreo – Bloco Principal
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

Já na figura 66, é possível observar a planta do primeiro pavimento do bloco administrativo, contendo os setores administrativo e saúde. Este pavimento contém o setor de saúde, representado em amarelo, e o setor administrativo em azul. Em relação às atividades de cuidados com a saúde, estão incluídas salas de atendimento especializado, como por exemplo de sutura/curativos, consultório odontológico, sala de pronto atendimento e uma sala voltada à terapia coletiva. A parte voltada ao trabalho administrativo possui salas reservadas à direção, aos socio educadores, ao apoio/T.I., aos trabalhadores administrativos e sala de reunião.



2 PLANTA DE SETORIZAÇÃO 1ºPAV. - BLOCO ADMINISTRATIVO, VISITA E SAÚDE
 ESC. 1/150

- LEGENDA
- SETOR DE CADASTRAMENTO E VISITA
 - SETOR DE GUARDA INTERNA
 - SETOR ADMINISTRATIVO
 - SETOR DE SAÚDE
 - CIRCULAÇÃO VERTICAL
 - CIRCULAÇÃO

Figura 65 – Planta Baixa SetORIZADA – 1º Pavimento – Bloco Principal
 Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

8.3 EDIFÍCIO PEDAGÓGICO

O térreo do bloco de moradia (figura 66), encerra (na cor verde) seis salas de aula, uma sala multifuncional, salas de mecânica/mecatrônica e de marcenaria. Em amarelo está representado o auditório. Em azul as áreas ligadas à administração, sendo a sala de professores, secretaria e sala da direção. Aqui o acesso ao pavimento superior é feito por meio de escadas e rampas.

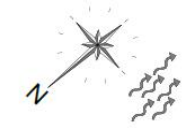
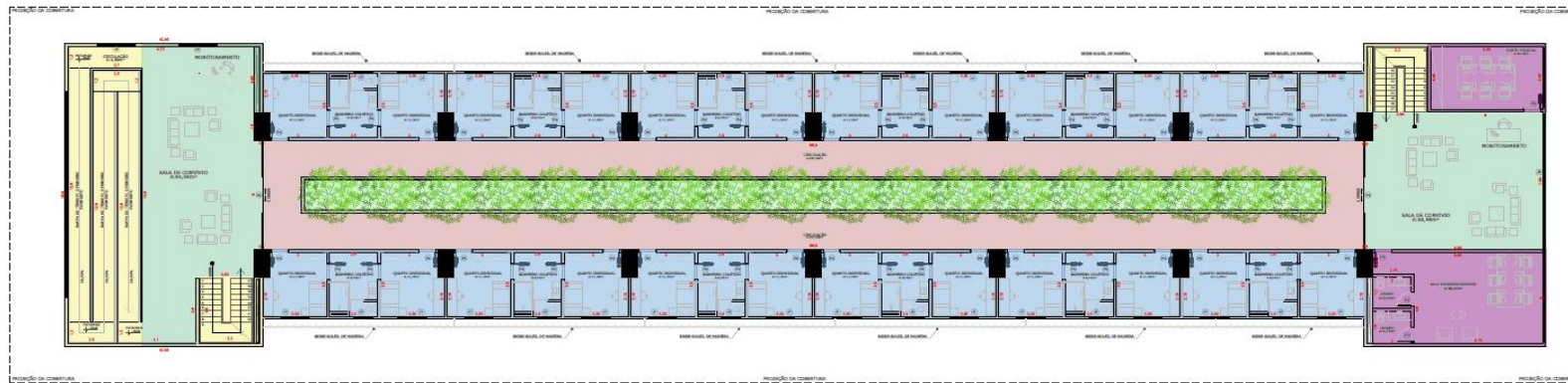


Figura 66 – Planta Baixa Setorizada – Térreo – Bloco Pedagógico
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

No primeiro pavimento do bloco pedagógico (figura 67), nota-se, em verde, a previsão de uma biblioteca, uma sala de estudos, uma sala multimídias, uma sala de informática e uma sala de música.



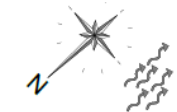
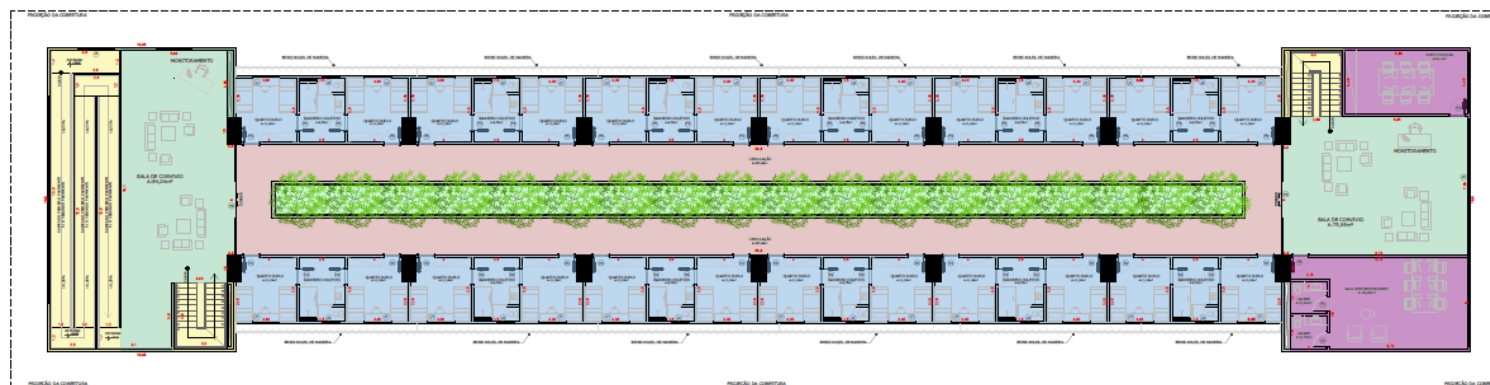
Figura 67 – Planta Baixa Setorizada – 1º Pavimento – Bloco Pedagógico
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



- LEGENDA
- LAZER E CONVIVÊNCIA
 - GUARDA INTERNA
 - DORMITÓRIOS
 - SERVIÇO
 - CIRCULAÇÃO VERTICAL
 - CIRCULAÇÃO

Figura 69 – Planta Baixa Setorizada – 1º Pavimento – Bloco Moradia e Serviço
 Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

No segundo pavimento do bloco de moradia (figura 70), destacando em azul vinte e quatro acomodações duplas, e doze banheiros compartilhados, cada um servindo a duas acomodações. Também neste pavimento se observa em verde as áreas de convívio e em roxo as áreas reservadas à guarda interna.



- LEGENDA
- LAZER E CONVIVÊNCIA
 - GUARDA INTERNA
 - DORMITÓRIOS
 - SERVIÇO
 - CIRCULAÇÃO VERTICAL
 - CIRCULAÇÃO

Figura 70 – Planta Baixa Setorizada – 2º Pavimento – Bloco Moradia e Serviço
 Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

8.5 CAPELA

A capela, como mostra a figura 71, possui apenas um pavimento e comporta a área destinada à nave, a área destinada ao altar, e uma área destinada à contemplação.

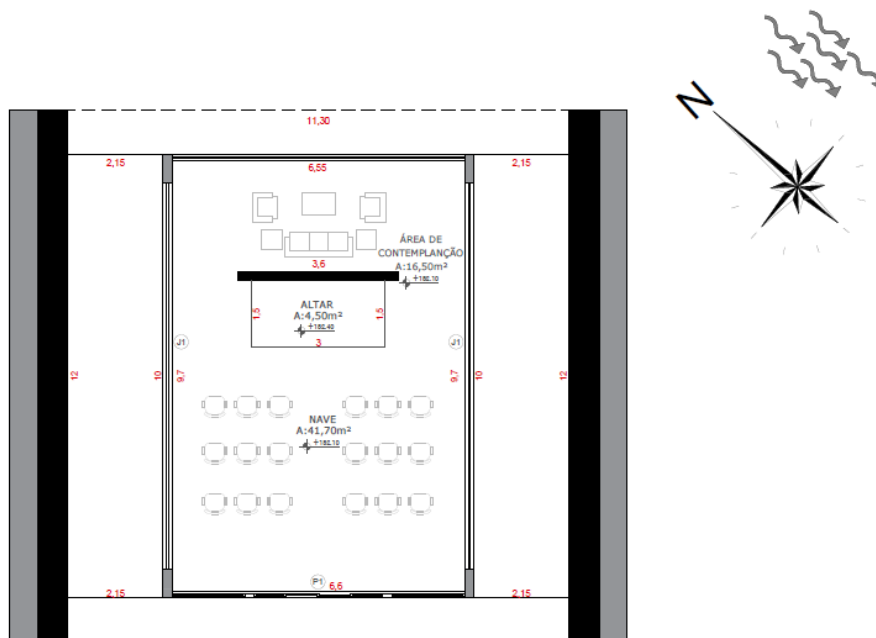


Figura 71 – Planta Baixa – Capela
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

9.0 PERSPECTIVAS/ MAQUETE ELETRÔNICA



Figura 72 – Perspectiva 01 – Fachada Edifício Principal
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 73 – Perspectiva 02 – Fachada Edifício Principal
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 74 – Perspectiva 03 – Fachada Edifício Principal
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 75 – Perspectiva 04 – Fachada Edifício Principal
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

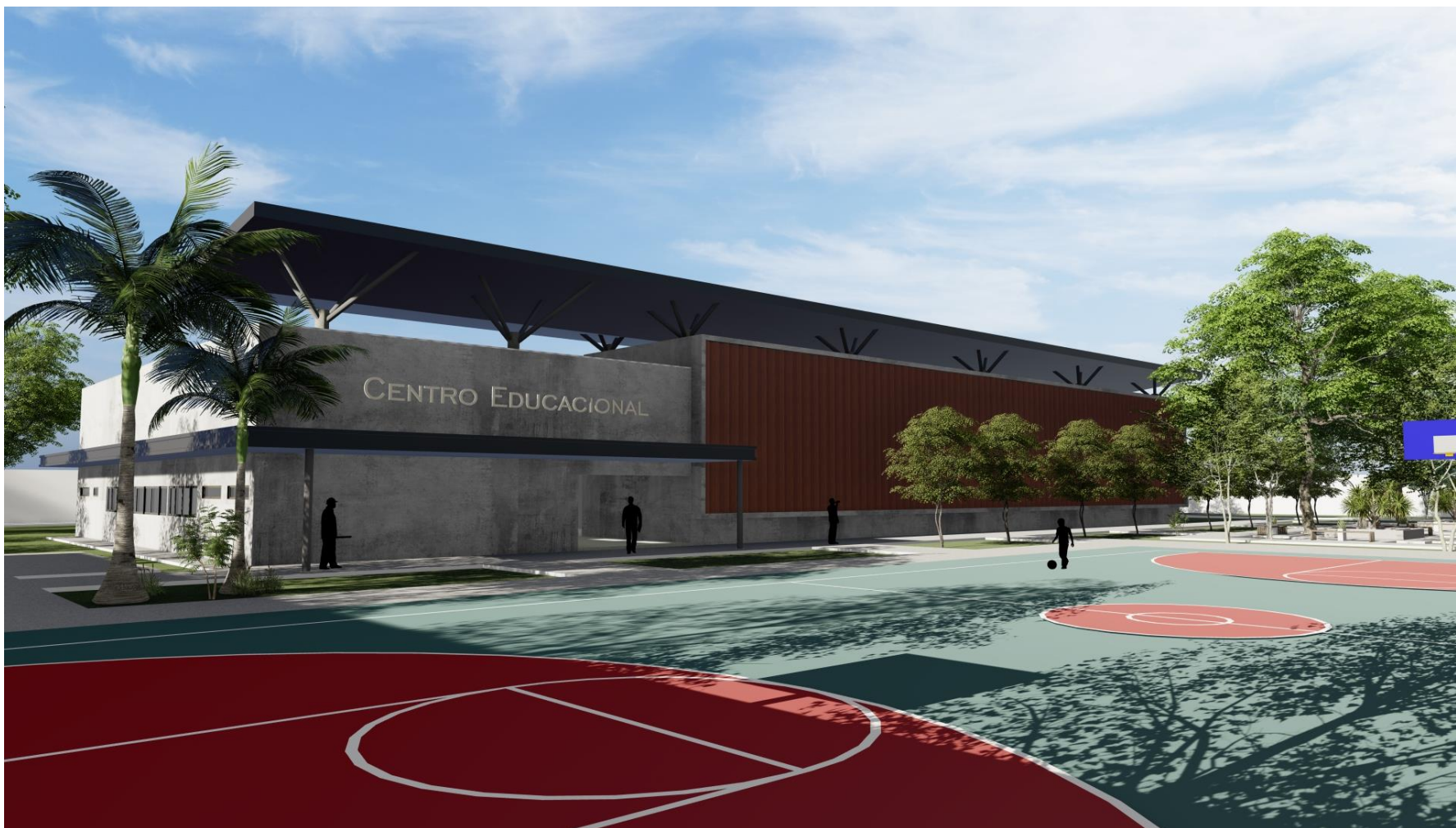


Figura 76 – Perspectiva 01 – Fachada Edifício Pedagógico
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 77 – Perspectiva 02 – Fachada Edifício Pedagógico
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 78 – Perspectiva 03 – Fachada Edifício Pedagógico
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

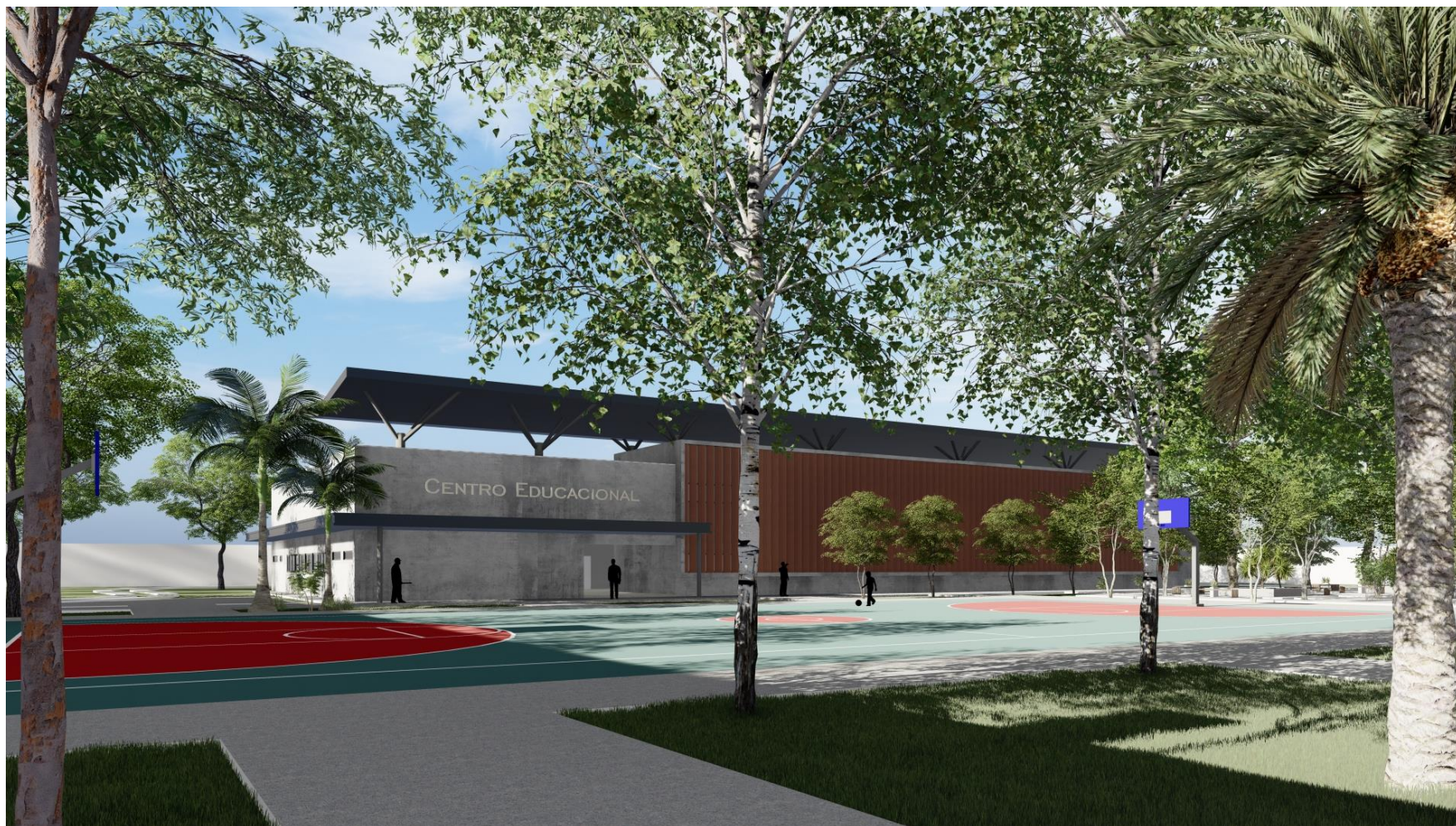


Figura 79 – Perspectiva 04 – Fachada Edifício Pedagógico
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

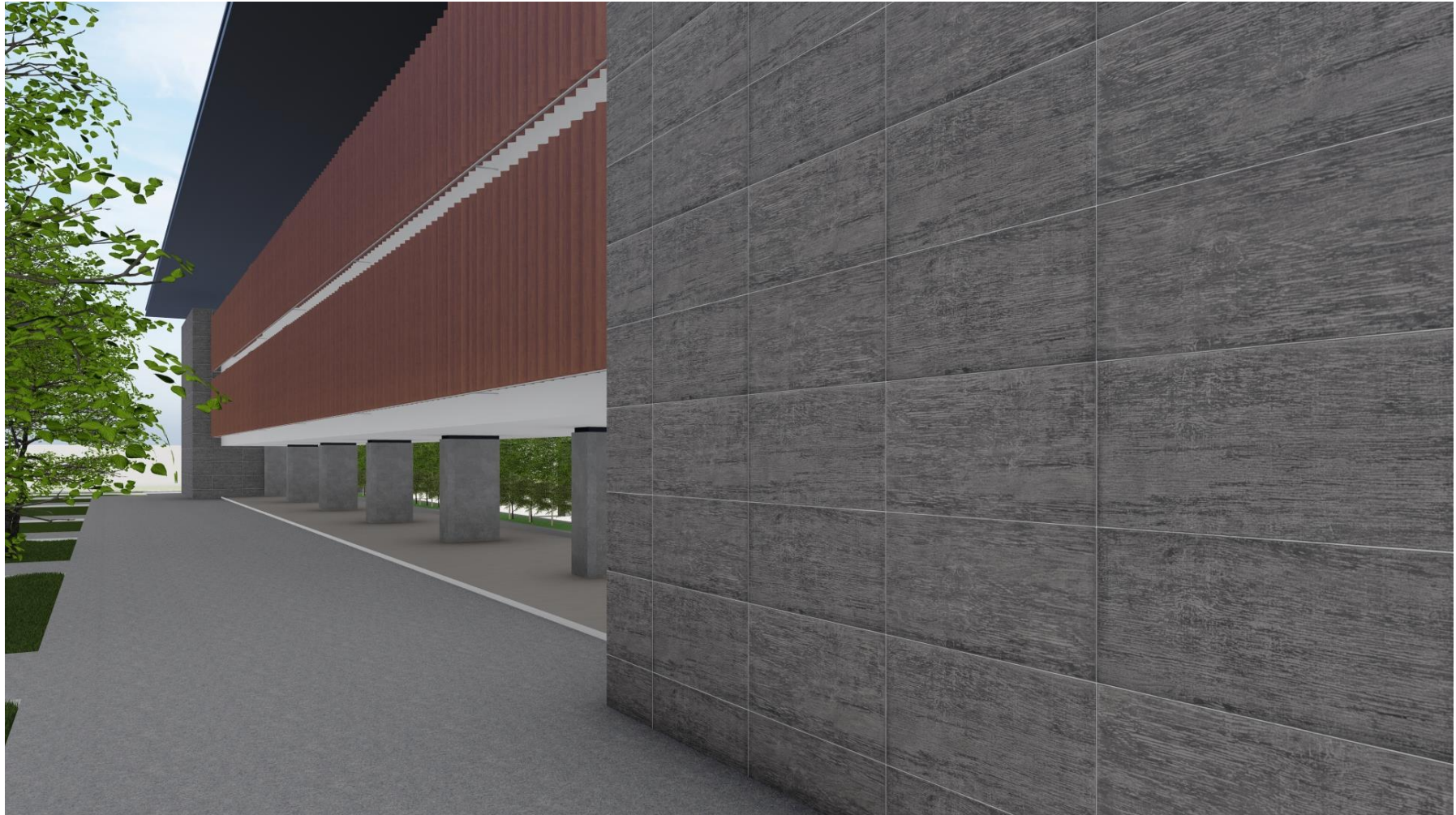


Figura 80 – Perspectiva 01 – Fachada Edifício Moradia e Serviço
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

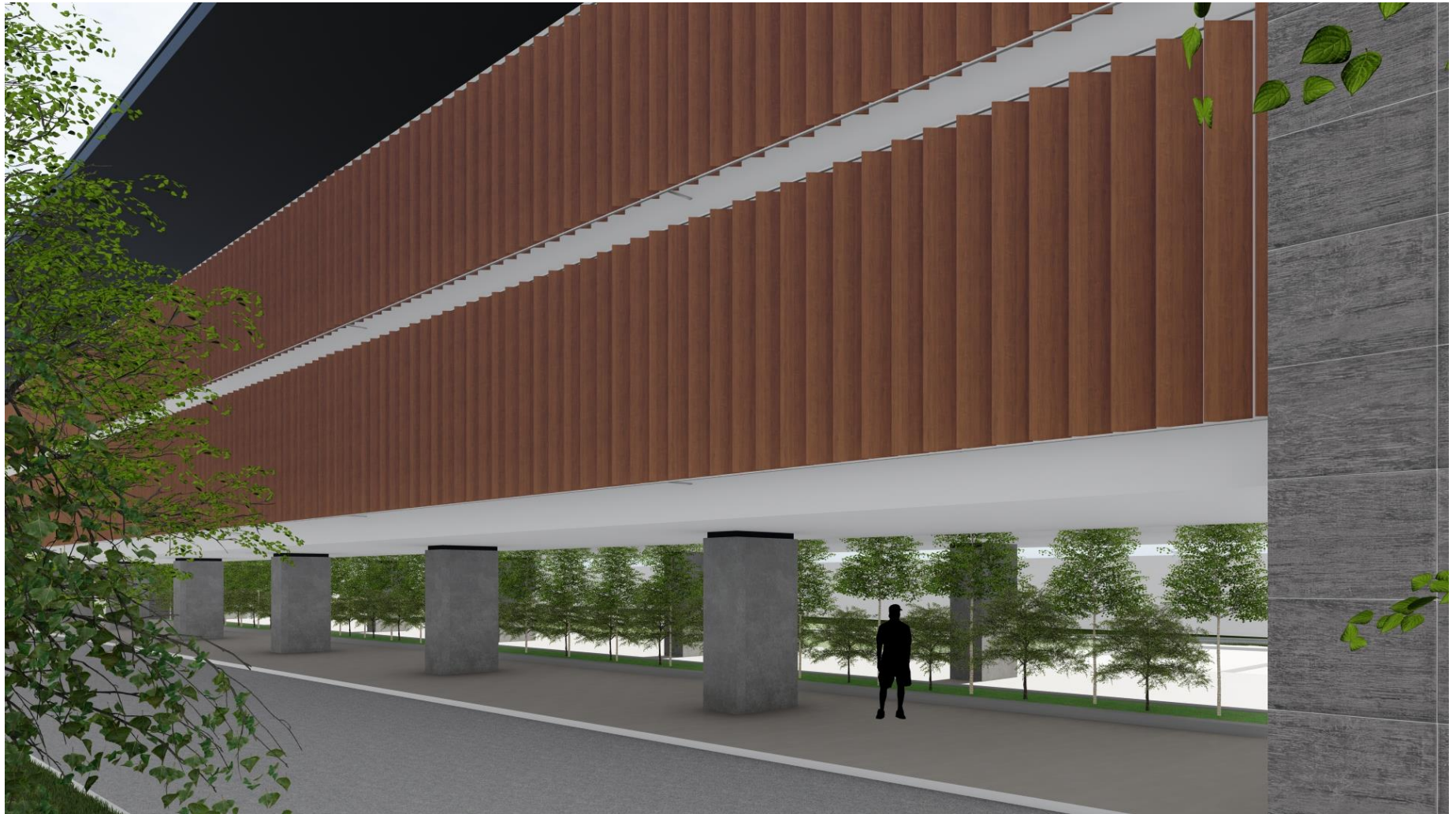


Figura 81 – Perspectiva 02 – Fachada Edifício Moradia e Serviço
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 82 – Perspectiva 03 – Fachada Edifício Moradia e Serviço
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

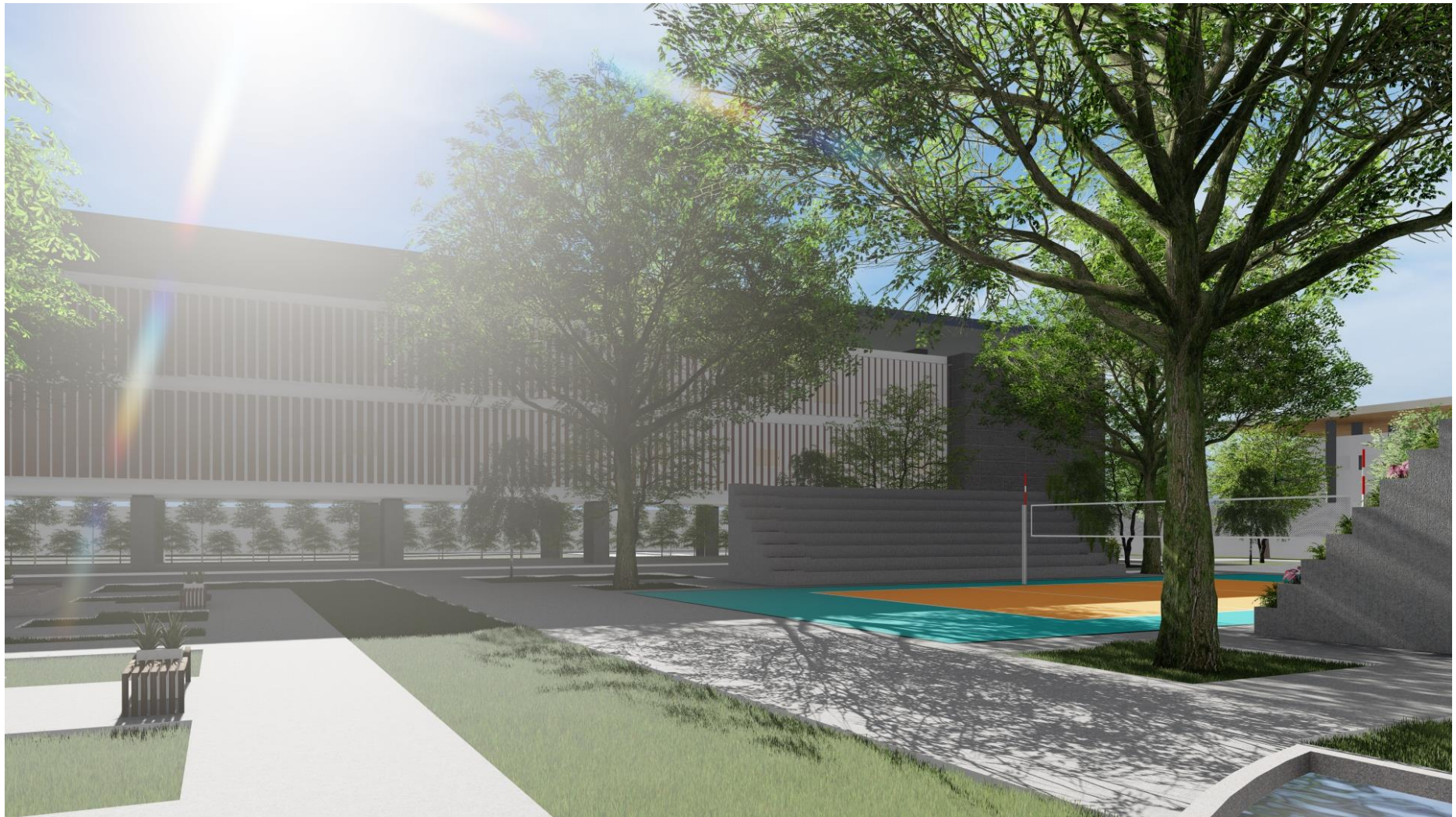


Figura 83 – Perspectiva 04 – Fachada Edifício Moradia e Serviço
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 84 – Perspectiva 01 – Fachada Capela
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 85 – Perspectiva 02 – Fachada Capela
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 86 – Perspectiva 03 – Fachada Capela
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.



Figura 87 – Perspectiva 04 – Fachada Capela
Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto arquitetônico bem pensado pode fazer uma grande diferença no dia-a-dia das pessoas que frequentam o ambiente projetado. Afim de contornar as condições adversas que por vezes se apresentaram às construções humanas, houve ao longo dos anos a evolução das tecnologias na área de arquitetura, que hoje permitem a superação dos reveses e podem garantir maior conforto e sustentabilidade, sem que se precise abrir mão da beleza e da funcionalidade do ambiente.

Neste projeto, além de se pensar no uso de tecnologias que garantem o bem-estar, também foi necessário trabalhar com a particularidade da população-alvo, que trata de jovens infratores. O desafio foi projetar um Centro Socioeducativo que pudesse proporcionar uma experiência completa aos usuários, satisfazendo as necessidades humanas de saúde psíquica, física, de convívio saudável, profissionalização e estudo, e não menos importante, que também ofertasse um espaço para contemplação e reflexão, e de ligação com um ser superior.

Há um aditivo quando se pensa no propósito de um Centro Socioeducativo para jovens infratores: ele deve oferecer recursos que tornem possível e exitosa a recuperação dos internos. Contudo, o Brasil hoje tem um sistema com instituições de internação precárias, em todos os sentidos, e incapazes de cumprir sua função essencial. Certamente adoção de um projeto arquitetônico voltado às necessidades específicas deste tipo de instituto poderia contribuir significativamente ao alcance dos objetivos do trabalho desenvolvido nestas organizações.

Aqui pensou-se globalmente, e também passo - a - passo, no uso de tecnologias que satisfizessem todas as demandas do que seria um Centro Socioeducativo eficiente: a sustentabilidade, economia e eficiência energética, o conforto climático e acústico, a inclusão de espaços que garantissem o atendimento, ensino e moradia de boa qualidade e a incorporação de ambientes de promoção de saúde física e mental.

Por fim, apresenta-se este trabalho que consolida a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de Arquitetura e Urbanismo, e que traz uma ideia de como a materialização deste conhecimento pode melhorar a vida de pessoas que porventura façam uso dos espaços projetados.

11. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raylena da Silva. JÚNIOR, Luiz José Ulisses. **A Ineficácia Das Medidas Socioeducativas no Combate as Reincidências de Atos Infracionais. Âmbito Jurídico.** Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. Novembro de 2019. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/eca/a-ineficacia-das-medidas-socioeducativas-no-combate-as-reincidencias-de-atos-infracionais/>>.

ALVES, Ariel De Castro. JULIÃO, Elionaldo. SOUZA, Eufrásia Maria. **Medidas socioeducativas e jovens em conflito com a lei.** Sala Debate, Canal Futura, 11 de set. 2014.

ANHAYA, Wilyan Arion. **Centro de Reclusão Ressocializador Penitenciária de Segurança Média Nível I.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo, 2017.

ARCHDAILY. **Escola “The Proudhon” em Besançon/ Tectonique+Architectures Adelfo Scaranello.** Dezembro de 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/777861/the-proudhon-secondary-school-in-besancon-tectoniques-plus-architectures-adelfo-scaranello>>.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros/ Conselho Nacional do Ministério Público.** Brasília: CNMP, 2019.

BOLETTI, Pollyana Estefany. **CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM CURITIBA/PR: A Influência Das Diretrizes Pedagógicas No Espaço Construído.** 2017. P.105. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba-PR, 2017.

CAPPELLARI, Mariana. Canal Ciências Criminais. **“Você sabe o que é a lei do SINASE?”.** Janeiro de 2016. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/voce-sabe-o-que-e-a-lei-do-sinase/>>.

CARVALHO, Marília Roberto da Cruz. **Centro Socioeducativo de acolhimento aos jovens infratores. A ótica da Arquitetura e da Psicologia como forma de contribuir com a reintegração social.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, janeiro de 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6250/1/mariliarobertodacruzcarvalho.pdf>>.

DANTAS, Hudson Rego. **A Função das Medidas Socioeducativas na Reinserção do Adolescente Infrator Na Sociedade**. Faculdade Baiana de Direito. Setembro de 2017. Disponível em: < <http://portal.faculdadebaianadedireito.com.br/portal/monografias/Hudson%20Rego%20Dantas.pdf>>

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – artigo 112 a 121. Brasília, DF.

FRANCO, Gleidson de Mendonça. **Evolução do direito menorista brasileiro anterior a Constituição Federal de 1988**.

FERRAZ, Terezinha. **A Aplicação da Medida Socioeducativa de Internação no Cense II De Cascavel: Um Novo Olhar Sobre O Adolescente em Conflito com a Lei**. 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Cascavel, outubro de 2011. Disponível em: < <https://silo.tips/download/a-aplicacao-da-medida-socioeducativa-de-internacao-no-cense-ii-de-cascavel-um-novo>>.

FREITAS, Tais Pereira de. **Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos**. São Paulo, 2011.

FONTES, Lígia Brenda de Carvalho, Âmbito Jurídico. **A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente como leis que garantem a segurança e a dignidade da criança e do adolescente**. Maio de 2018. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-172/a-constituicao-federal-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-come-leis-que-garantem-a-seguranca-e-a-dignidade-da-crianca-e-do-adolescente/>>.

GONZÁLEZ, Maria Francisca. Archdaily. **Prisão Storstrom/ C.F Moller**. Janeiro de 2018. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/886790/prisao-storstrom-cf-moller>>.

HELM, Joanna. ArchDaily. **Centro de Formação do Profissionais da Educação de São Caetano do Sul/ Carolina Penna**. Dezembro de 2011. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/01-16708/centro-de-formacao-dos-profissionais-da-educacao-de-sao-caetano-do-sul-carolina-penna>>.

ILANUD. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent. **Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas**, 2004.

LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2020. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021.

MARUSCHI, Maria Cristina. Et al. **Conduta infracional na adolescência: fatores associados e risco de reincidência**. Rio de Janeiro, 2014.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de (Org). **Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

MPPR. Ministério Público do Paraná. **SOCIOEDUCAÇÃO - Levantamento do CNMP indica que há superlotação em unidades de atendimento socioeducativo no Brasil**. Paraná, setembro de 2019. Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/2019/09/188/SOCIOEDUCACAO-Levantamento-do-CNMP-indica-que-ha-superlotacao-em-unidades-de-atendimento-socioeducativo-no-Brasil.html>>.

NERI, Aline Patrícia. **A eficácia das medidas socioeducativas aplicadas ao jovem infrator**. Barbacena, 2012, 81p. Monografia (Curso de Graduação em Direito) – Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC.

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. **Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente**. Florianópolis, 2008, 151p. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte. **Por uma Arquitetura Socioeducativa Para Adolescentes em Conflito com a Lei: Uma Abordagem Simbólica da Relação Pessoa-Ambiente**. Centro Tecnológico – CTC Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, M. B., & Assis, S. G. **Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que o “ressocializam”. A perpetuação do descaso**. Cadernos de Saúde Pública, p. 831-844, Rio de Janeiro, 1999.

OTT, Clara. ArchDaily. **Instituição de Educação Superior Aimerigues / Barceló Arquitectes+Xavier Gracia**. Abril de 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/933159/instituicao-de-educacao-superior-aimerigues-barcelo-balanzo-arquitectes-plus-xavier-gracia?ad_source=search&ad_medium=search_result_all>.

PEREIRA, Nina Rosa Honorato. **ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA: Anteprojeto arquitetônico de uma unidade de internação e ressocialização para adolescentes em conflito com a lei**. 2018/2. p.92. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário CESMAC, Maceió-AL, 2018.

PIZZATO, Charles. **Arquitetura socioeducativa: O espaço ressocializando pessoas, curando a sociedade**. Porto Alegre: Corag/CAURS, 2016.

SÁ, Ericka de. **Estados Falham na ressocialização de jovens infratores, crítica juíza**. Brasília, novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/estados-falham-na-ressocializa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-infratores-critica-ju%C3%ADza/a-17237567>>.

SEJUS, Secretaria de Estado da Justiça. **Centro Socioeducativo é inaugurado sob elogios de autoridades judiciais e familiares de internos em Ji-Paraná**. Ji-Paraná, junho de 2016. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/centro-socioeducativo-e-inaugurado-sob-elogios-de-autoridades-judiciais-e-familiares-de-internos-em-ji-parana/>>.

SILVA JUNIOR, Marcos José da; CARDOSO, Fernando da Silva. Dilemas em torno da socioeducação: a execução de medidas socioeducativas em meio aberto no município de Arcoverde, Pernambuco. **Prisma Jur.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 95-118, jan./jun. 2020.

SILVA, Thiago Rodrigo da. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Os Olhares Sociais Acerca da Prática do Ato Infracional: reflexões éticas para o tempo presente**. Porto Alegre, junho de 2015.

SILVA, Marco Junior Gonçalves. Âmbito Jurídico. **Tratados Internacionais de Proteção Infância-Juvenil**. Outubro de 2013. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-117/tratados-internacionais-de-protecao-infancia-juvenil/>>.

SOUZA, Danielle Gomes de Barros. **A repercussão das diretrizes pedagógicas do Sinase nos projetos arquitetônicos de unidades socioeducativas de internação**. Maceió, 2011, 188p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas.

SOUZA, Irma Daniele Fortaleza de. **Adolescentes em conflito com a Lei: as causas que levam adolescentes a cometerem ato infracional no estado do Piauí.** Piauí, 2015, 26p. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí.

VINNITSKAYA, Irina. **Archdaily. Prisão de Halden/ Erik Moller Arkiteketer+HLM arkitektur – A prisão mais humana do mundo.** Junho de 2011. Disponível em: < <https://www.archdaily.com/154665/halden-prison-erik-moller-arkiteketer-the-most-humane-prison-in-the-world>>.